

19

ABRIL | 2013

# SOLTA PALAVRA



CENTRO DE  
RECURSOS E INVESTIGAÇÃO  
SOBRE LITERATURA PARA  
A INFÂNCIA E JUVENTUDE



*Cidadã  
da Casa  
Grande*



## LITERATURA INFANTIL E JUVENIL E CIDADANIA

A relação entre Literatura Infantil e Juvenil e a temática da Cidadania (re)coloca a pertinente questão: para que serve a literatura destinada preferencialmente às crianças e jovens? Alguns consideram desnecessária a pergunta, defendendo que esta literatura não tem de servir ninguém nem servir para nada, é um indispensável supérfluo. Outros, ao invés, reconhecem-lhe um conjunto funções específicas como, por exemplo, o acesso ao imaginário e a socialização cultural.

Reconhecendo (e defendendo) a total liberdade desta literatura, não podemos deixar de constatar que a mesma se encontra exertada no tempo, não sendo, por isso, imune às preocupações da sociedade atual. Neste quadro, é legítimo problematizar a relação entre este tipo de literatura e a Cidadania. É o que perseguimos neste primeiro número temático do Solta Palavra.

Estamos conscientes de que a proposta não estará isenta de dificuldades. Em primeiro lugar porque sob a designação de cidadania abriga-se um conjunto amplo de conceitos e comportamentos que, habitualmente, se traduzem no reconhecimento de direitos e obrigações, na exercitação de atitudes éticas e morais, na manifestação da identidade nacional e na capacidade de juízo político crítico. Em segundo lugar porque haverá quem não resista à tentação de instrumentalizar esta literatura, colocando-a ao serviço de uma educação para *certa* cidadania, nem sempre a dos valores e da ética da responsabilidade, da autonomia, da participação e da cooperação.

Convém, todavia, enfatizar que não há temáticas *tabus* para a Literatura Infantil e Juvenil e, por conseguinte, também a Cidadania não lhe será alheia. Aliás, uma das críticas a esta literatura, em Portugal, reside na sua afiliação, durante certo período da nossa história, a uma certa cultura burguesa, de índole moralista e muito próxima do sistema político vigente. Não julgamos ser este, hoje, o seu estatuto entre nós.

Mas voltemos ao ponto: que a literatura vocacionada especialmente para a infância e juventude assuma e explore algumas das temáticas ou valores atuais como pilares do seu constructo estético, associada aos códigos literários que lhe são inerentes, é um dos sintomas da liberdade, vitalidade e especificidade que se lhe hão-de reconhecer.

Propomos assim, neste número do Solta Palavra, uma reflexão sobre Literatura para a Infância e Juventude e a Cidadania, na abordagem das questões sociopolíticas, no tratamento e defesa dos direitos da criança, na proposta de uma ecoliteracia e na pergunta pelo lugar do outro na produção literária para a infância. Pela primeira vez, e sobre o tema que aqui nos convoca, temos o testemunho de estudiosos da Catalunha e do Brasil. Damos também notícia de alguns projetos europeus acessíveis na internet sobre cidadania intercultural, leitura e literatura infanto-juvenil e do facto de Lisboa ser uma cidade educadora pelos projetos de promoção da leitura que promove. Entendemos ainda que as resenhas críticas aos livros, que nos foram enviados pelas editoras, pelo serviço que prestam aos mediadores de leitura, podem ser entendidas como um exercício de cidadania.

Inestimável exercício de cidadania e de serviço à Literatura Infantil e Juvenil foi o que o Doutor Henrique Barreto Nunes prestou nos últimos dez anos ao dirigir e coordenar esta publicação. A nossa gratidão é dever de cidadania. Gratidão extensiva a todos os que com ele colaboraram. Faremos o que estiver ao nosso alcance para continuar tão vivo testemunho.

João Manuel Ribeiro



CENTRO DE RECURSOS  
E INVESTIGAÇÃO  
SOBRE LITERATURA  
PARA A INFÂNCIA  
E JUVENTUDE

Diretor: João Manuel Ribeiro

Colaboradores (neste número): Luísa Ducla Soares,  
José António Gomes, Sara Reis da Silva,  
Ana Margarida Ramos, Rui Ramos, Ângela Balça,  
Aitor Galvez Farran, Meritxell Valls, Ricardo Azevedo,  
Margarida Morgado, Ana Paula Marques, Rita Moreira,  
Manuela Maldonado, Gabriela Sotto Mayor

Design e Paginação: Anabela Dias

Site: [www.crilij.com](http://www.crilij.com)

Editor: CRILIJ

ISSN: 1647-6786

O uso da escrita segundo o Acordo Ortográfico  
ou não é opção dos autores.

# SUMÁRIO

## EDITORIAL

1 João Manuel Ribeiro

## EM FOCO

- 3 Amigos procuram-se  
Luísa Ducla Soares
- 5 Conversa com... Fernando Pinto do Amaral
- 8 Literatura para a infância e reflexão sociopolítica:  
algumas notas, alguns exemplos nobres  
José António Gomes
- 12 Porque não queremos que o encanto se quebre:  
os direitos da criança na literatura portuguesa para a infância  
Sara Reis da Silva
- 17 Ecoliteracia e literatura para a infância:  
quando a relação com o ambiente toma conta dos livros  
Ana Margarida Ramos  
Rui Ramos
- 25 Quem é o outro?  
Silêncio e invisibilidades na produção literária para a infância  
Ângela Balça

## TESTEMUNHOS E OPINIÕES

- 29 Cidadania en la literatura infantil y juvenil catalana  
Aitor Galvez Farran  
Meritxell Valls
- 33 Sobre literatura e cidadania  
Ricardo Azevedo

## BIBLIOTECANDO

- 35 Cidadania intercultural, leitura e literatura infanto-juvenil  
Projetos europeus acessíveis na internet  
Margarida Morgado
- 39 Lisboa, cidade educadora: Projetos de promoção da leitura  
Ana Paula Marques  
Rita Moreira

## ESCRITA INTEMPORAL

- 43 Alice: o maravilhoso viajante  
Manuela Maldonado

## FAVORITOS

- 45 Mais Livros  
Manuela Maldonado  
Gabriela Sotto Mayor

SOLTA PALAVRA

19

ABRIL | 2013



CENTRO DE RECURSOS  
E INVESTIGAÇÃO  
SOBRE LITERATURA  
PARA A INFÂNCIA  
E JUVENTUDE

# Amigos procuram-se

Luísa Ducla Soares

Carolina detestava a escola. Os colegas chamavam-lhe baleia azul porque era gorducha e tinha uns olhos azuis, azuis, azuis. Às vezes não tomava o pequeno almoço para ver se emagrecia mas no intervalo da manhã ia à cantina e comia dois pães mais um pacote de batatas fritas que trazia na mochila.

– Baleia azul! Baleia azul!

Ela refugiava-se na biblioteca. Ou sentava-se no recreio a um canto, a ver as gaivotas que voavam por cima do recreio e a inventar histórias para a voz do vento. Ninguém a desafiava para saltar à corda ou lhe contava segredos. Ninguém a convidava para festas de anos.

– Baleia azul! Baleia azul! – guinchavam os rapazes e atiravam-lhe setas de papel que arrancavam aos cadernos.

Por isso Carolina adorava o computador. Era ele o seu confidente. Era ele o seu escape. Descobrira, com um primo mais velho, como entrar num *chat*. Aí era magra, morena, tinha treze anos. Recortara de uma revista espanhola o retrato de uma rapariga linda e fazia-se passar por ela. Quem a podia descobrir? Na internet todos a conheciam como Joana e eram seus amigos.

– Joana, quero conhecer-te, nunca vi ninguém tão maravilhoso como tu – dizia o David.

– Joana, onde é que tu moras? – perguntava o Miguel.



– Joana, não me dás o telemóvel para ouvir ao menos a tua voz? – insistia o João.

As raparigas queriam ir com ela ao cinema, à praia, programas nunca lhe faltariam, se os aceitasse.

Mas o mais doce, alegre e divertido era o Zeca, que tinha apenas 10 anos, justamente a sua idade, e era ator infantil da telenovela que passava logo a seguir ao jantar. Nunca a perdia!

Assim, quando o Zeca a convidou para tomarem um gelado num café distante, ela aceitou.

– Leva um livro na mão para eu te conhecer – recomendou ele – pois só te vi num único retrato. Vocês andam sempre a mudar de penteado...

O encontro era às 5 horas, e os pais estavam a trabalhar, felizmente, pois nunca se cansavam de lhe meter medo com as conversas na internet. Mas a ela ninguém faria mal... Tirou o dinheiro do mealheiro para ir de táxi pois nunca andara sozinha no metropolitano e saiu. Levava na algibeira um bloquinho de autógrafos em forma de coração para o rapaz assinar, mas teria coragem de lhe dizer que mentira? Não se ia dar a conhecer...

O café ficava numa ruela velha, era, ele próprio, acanhado e sujo. Na única mesa ocupada encontrava-se sentado um homem de boné, com uma chave-na à frente.

Carolina pediu um gelado.

– Não temos. Queres um refresco? – disse o empregado.

Carolina estremeceu. Deixou cair o saco onde pusera o livro, para o caso de se querer apresentar.

O sujeito da mesa agarrou-a por um braço.

– És a Joana, não és? Saíste uma boa aldrabona... Parecias uma princesa. Mas, mesmo assim, serves.

A garota quis gritar, mas a voz prendeu-se na garganta. Baixou-se para apanhar o livro e tentou escapar, em vão. O homem, que fingira de Zeca, cobriu-a com um casaco de capuz que lhe tapava a cara e empurrou-a para um carro onde outro sujeito dormitava. Com um pontapé foi obrigada a agachar-se junto ao banco. Não viu mas sentiu que o carro andava às voltas, às voltas para a despistar. Pararam junto a uma vivenda quase em ruínas.

– Entra no portão em frente, mas ai de ti se te lembrares de fugir – avisou o que guiava.

Ela obedeceu, aparentemente submissa, mas deixou cair o livro na sebe, junto ao muro.

O segundo homem empurrou-a para uma sala com projetores onde estavam outras três crianças.

– Gostas de tirar fotografias?

– Não, sou muito gorda – disse Carolina. – Fico sempre mal.

– Há de haver quem aprecie... Descasca-te que vais aparecer hoje mesmo na internet.

Carolina cruzou os braços, aflita.

– Se não te despachas, arranço-te já a camisola – ameaçou o mais novo.

– Levas um par de estalos – acrescentou o de boné.

Mas, junto ao muro, algo de estranho se passava. Um telemóvel preso com fita-cola começou a apitar dentro do livro. O polícia de giro aproximou-se.

Abriu o livro de língua portuguesa do 4<sup>a</sup> ano, que tinha um autocolante:

Nome: Carolina Brás da Silva

Morada: Rua das Murtas, 27-3<sup>o</sup>, dto

Telefone fixo: 225544397

Telemóvel: 917440896

Por baixo, um *post-it* amarelo avisava, a maiúsculas vermelhas.

SE ENCONTRAREM ESTE LIVRO É PORQUE ME RAPTARAM. ESTOU PERTO.

O polícia fixou a casa arruinada e pediu reforços rápidos.

Em breve bateu à porta:

Ninguém atendeu.

– Abram que é a polícia!

Então as quatro crianças começaram a gritar em coro, pedindo socorro. Ouviu-se um tiro. Era um guarda a rebentar a fechadura.

O retrato de Carolina despida nunca foi para o ar, mas ela apareceu, com sua carinha redonda, olhos muito azuis e camisola cor de rosa em todos os jornais:

ESPERTEZA DE CRIANÇA DESCOBRE REDE DE PEDOFILIA.

A MENINA-DETECTIVE,

UMA HEROÍNA DE PALMO E MEIO

No dia seguinte, na escola, a professora falou sobre os perigos da internet.

Os colegas prepararam uma festa-surpresa para a Carolina com música, lanche e muitos abraços.

– Desculpa – pediu o Ruben, que era quem mais setas lhe tinha atirado.

– Queres ser a chefe do nosso grupo de agentes secretos? Tu és o máximo!

Carolina riu-se.

E nessa tarde foi estudar os direitos da criança para casa da Rita, que morava no seu prédio. À noite apagou o *chat* do computador. \*



# Fernando Pinto do Amaral

provocada por Manuela Maldonado

**O boletim SOLTA PALAVRA, publicação do CRILIJ (Centro de Recursos e Investigação sobre Literatura Infanto-juvenil), elegeu a Cidadania como *leitmotiv* deste seu número temático. O Plano Nacional de Leitura teria, forçosamente, de ser abordado nas suas relações com o conceito selecionado. Que papéis assume a literacia numa cidadania plena?**

**R** – A literacia é cada vez mais essencial para uma vivência aprofundada da cidadania e da própria democracia. Mesmo que essa democracia nunca chegue a ser tão «plena» como desejaríamos, ela será-lo-á muito menos com cidadãos anestesiados, pouco esclarecidos ou com baixos níveis de literacia. Creio que, pelo contrário, será mais enriquecedora (ou seja, mais democrática) se os ditos cidadãos forem mais cultos e informados. Quando digo «mais cultos», isso não implica que estejam a par de todas as correntes

literárias ou estéticas, mas que sejam capazes de ter espírito crítico e de pensar pela sua própria cabeça. Podemos verificá-lo, por exemplo, em certos países de tradição protestante, onde os seus altos níveis históricos de literacia – consolidados ao longo de gerações – têm permitido ao longo dos últimos séculos um exercício mais pleno da cidadania. O que, diga-se de passagem, também tem o seu preço, já que essa noção de cidadania implica que as pessoas tenham uma consciência dos seus direitos sociais, mas também dos seus deveres éticos perante a sociedade...

**Estruturalmente bem formulado nos propósitos, áreas de intervenção e fases de aplicação, o Plano Nacional de Leitura constitui um desafio para os seus responsáveis, entre eles o comissário, Fernando Pinto do Amaral. Entrado que está na segunda fase de aplicação, que balanço faz do trabalho realizado?**

**R** – O balanço pode considerar-se globalmente positivo, mas devo dizer que não é apenas fruto do Plano Nacional de Leitura. Sempre trabalhamos em articulação com a Rede de Bibliotecas Escolares e com as Bibliotecas Municipais. Isso faz com que também me aperceba do esforço que é feito por muitas autarquias na difusão da leitura. De qualquer modo, o esforço essencial é feito pelos professores e pelos bibliotecários no terreno. São eles que acompanham os jovens e são eles os verdadeiros agentes promotores da leitura. Nesse sentido, eu diria que o principal é criar condições propícias à leitura, ou seja, pôr os livros à disposição dos jovens, por exemplo nas bibliotecas escolares, que em geral estão bem equipadas. Quanto à Rede de Leitura Pública, começou a ser lançada há quase 30 anos e tem mudado o panorama do nosso país. Trata-se de um desígnio nacional e todos os Governos têm procurado continuar essa aposta. E ao longo dos anos há vários indicadores que têm melhorado, como o interesse dos jovens pela leitura, objecto da avaliação externa feita pela equipa do Prof. Firmino da Costa (ISCTE). Mas também os resultados obtidos pelos nossos alunos nos testes PISA, a nível internacional, em que hoje nos situamos a meio da tabela no quadro da OCDE. Por outras palavras, julgo que tem havido, de facto, um melhoramento, mas é difícil dizermos que está consolidado. O nosso esforço vai nesse sentido, mas neste género de coisas não há garantias. Qualquer trabalho sério ao nível da Educação e da Cultura é lento e por vezes demora uma ou duas gerações a obter resultados mais sólidos.

**O dicionário da Academia propõe duas significações para literacia: capacidade de ler e escrever; condição ou estado de pessoa instruída. De que modo se imbricam estas duas facetas significantes no Plano Nacional de Leitura?**

**R** – Ambas são fundamentais, sendo a primeira o ponto de partida e, portanto, uma condição absolutamente indispensável para a segunda, que é mais difícil de alcançar. É verdade que o esforço do sistema educativo, ao longo das últimas décadas, tem levado a que a maioria dos nossos jovens saiba hoje ler e escrever, embora alguns (cerca de 15 a 20%) ainda mostrem sérios problemas nesse campo. De qualquer modo, o grande desafio será torná-los «pessoas instruídas» (para usar os termos da pergunta), coisa que demora muito mais tempo e depende de factores mais complexos, que passam pelo acesso aos bens culturais desde cedo e por uma consciência da sua importância, nem sempre evidente numa sociedade em que a cultura é por vezes encarada a partir de dois ângulos extremos: ora como um ornamento de luxo destinado às elites ou às vanguardas, ora como um simples entretenimento de massas. Um dos caminhos para melhorar esta situação seria, por exemplo, um maior conhecimento dos clássicos – não apenas como um elenco de nomes sonantes dos quais ouvimos falar (Dante, Camões, Cervantes, Shakespeare, Goethe, etc.), mas como obras que foram e são decisivas para as nossas vidas. Obras que podem ser tão actuais hoje como há centenas de anos.

**Na verdade, as bibliotecas escolares, as bibliotecas públicas, instituições como museus e teatros têm aumentado as suas áreas de intervenção no que respeita à literacia e, na maior parte dos casos, com qualidade. Como estão a ser alcançados resultados expectáveis no público adulto?**

**R** – O papel de todos esses equipamentos parece-me cada vez mais crucial, já que sem uma boa rede de bibliotecas, de museus ou de teatros ficará muito prejudicado o acesso à cultura. Quanto ao que costumamos chamar «educação de adultos», creio que será preciso ir além das aparências: por exemplo, um

programa como o das «Novas Oportunidades», mesmo animado de boas intenções e com alguns centros de grande qualidade, cedeu por vezes a uma certa facilidade na rápida obtenção de diplomas, quando o mais importante não é, quanto a mim, o simples reconhecimento formal de habilitações. Na verdade, o aspecto mais decisivo é que possa existir um público adulto capaz de frequentar os museus, os teatros ou as bibliotecas com a mesma naturalidade com que frequenta os centros comerciais ao fim-de-semana. No fundo, trata-se de criar rotinas diferentes. A formação desses públicos é um processo que demora o seu tempo, mas não podemos desistir, porque o resultado vale a pena e merece todo o nosso esforço.

**Mário Vargas Llosa intitula de “A Civilização do Espectáculo” o seu último ensaio, publicado pela Quetzal, em 2012. Em que medida a exterioridade cativante do acontecer imediato e banal é um obstáculo à cidadania consciente e reflectida?**

**R** – Uma cidadania consciente exige que saibamos ultrapassar os ecos mais imediatos dessa «civilização do espectáculo» (usando o título de Vargas Llosa) em que tudo parece resumir-se à espuma dos dias. Por vezes, cada acontecimento é visto apenas na sua faceta mais superficial ou valorizado pelo seu impacto mediático, em vez de motivar uma reflexão mais profunda. Ora, só quando esse género de reflexão entrar no nosso quotidiano poderemos sentir que estamos, de facto, a ultrapassar essa superficialidade, que pode ser «cativante» ou dar bons títulos aos jornais ou às televisões, mas que geralmente é pouco substancial. Em certos casos é simplesmente uma questão de preguiça individual ou colectiva e não há receitas fáceis para a vencer, mas tenho a noção de que isso implica um trabalho quotidiano – um trabalho que passa muito pela leitura no sentido mais lato da palavra: leitura como interpretação, reflexão, pensamento, etc.

**Um grande pensador contemporâneo, Gilles Lipovetsky, de parceria com Jean Serroy, publicou um volume intitulado “A Cultura – Mundo”. Aí defende-se a tese de que esta cultura, assente no mercantilismo, é a expressão do efémero, do relativo e de um individualismo feroz. Fazendo o entrevista-do parte do cânone de qualidade da literatura portuguesa hodierna, qual o lugar para o Poeta numa sociedade sem rumo?**

**R** – Não sei até que ponto alguma vez a sociedade terá tido um «rumo» muito definido, nem sei se seria desejável que esse rumo fosse ditado pelo poder político ou económico. Creio bem que não. Em todo o caso, compreendo os pressupostos da questão e também lamento que assistamos, hoje em dia, a esse «individualismo feroz», em que tudo se compra e tudo se vende, e em que muita gente parece não olhar a meios para atingir os seus fins. Quanto ao papel dos poetas neste contexto, acredito que existe sempre uma responsabilidade ética na poesia e nos poetas, que aliás não vivem numa torre de marfim. Não creio, todavia, que cada poeta deva transformar-se no porta-voz de uma bandeira qualquer, como se estivesse investido de uma missão que o tornasse superior aos outros seres humanos – isso parecer-me-ia de uma grande sobrançeria... A maior fidelidade do poeta não é política ou religiosa – é sobretudo uma fidelidade para consigo mesmo e para com o imperativo interior que o leva a escrever aquele texto naquele momento, sem medo de desagradar a gregos ou troianos e sem ceder às modas do seu tempo ou aos ditames de uma sociedade que por vezes lhe pede para corresponder a um certo figurino ou estereótipo do «Poeta». Saber fugir a esses estereótipos é, quanto a mim, um dos maiores compromissos éticos de quem escreve. \*

# Literatura para a infância e reflexão sociopolítica:

## algumas notas, alguns exemplos nobres

José António Gomes

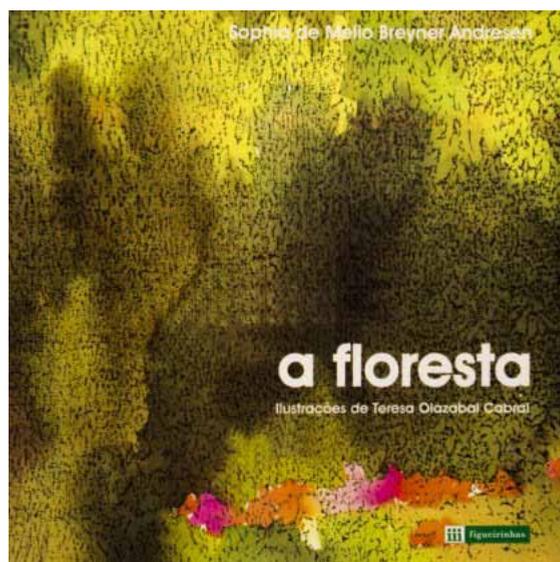
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Durante muito tempo reiterou-se de tal modo uma certa crítica aos livros infantis e juvenis cuja dimensão formativa ou moralizante se sobrepunha à dimensão estética, que o discurso da chamada «divulgação crítica» (não me refiro à crítica de matriz académica), na sua tendência simplificadora, transformou num lugar-comum a censura à literatura com «lições de moral» ou com ideologia à flor do texto. E assim, num período de que ainda hoje escutamos ecos, marcado pelo culto exacerbado de um individualismo hedonista e por uma inclinação para o irracional em alguma criação literária para a infância e a juventude, acabou por se meter tudo no mesmo saco: por um lado, a escrita medíocre, empenhada sobretudo em ensinar, no pior sentido do termo, e em que efetivamente se aliena a primordial função recreativa e reflexiva do texto literário, bem como a consciência da condição do destinatário preferencial, e, por outro lado, as obras que fazem de certos valores, indissociáveis de outras dimensões do policódigo literário, um pilar fundamental do seu construto estético – porque é disso que efetivamente se trata.

Pela minha parte, e no que toca à literatura de potencial destinatário adulto, continuarei a ser devo-

tado leitor dos textos de Marco Aurélio, do *Quijote* de Cervantes e das «Coplas por la muerte de su padre», de Jorge Manrique, dos *Ensaio*s de Montaigne, das fábulas de La Fontaine e das máximas de La Rochefoucauld, de «O suave milagre», de Eça, da lírica e do drama de Maiakovski e de Brecht, dos aforismos de Oscar Wilde e de Pessoa, das odes de Ricardo Reis e do *Canto General* de Pablo Neruda – ou seja, de textos literários saturados de ideologia, de valores e de elevados preceitos morais, na sua maioria de grande poder de consolação nos aturdidos tempos que correm. Na mesma linha de pensamento, continuarei a considerar clássicos da literatura para a infância os contos de Perrault (com as suas saborosas «moralités»), as *Aventuras de Pinóquio*, de Collodi (com o constante, divertido e moralizante diálogo implícito entre narrador e narratários), *O conto de Amadiz de Portugal para os rapazes portugueses*, de Afonso Lopes Vieira, e muitas outras obras, cujo encanto não é separável do seu travejamento ideológico e do modo como fazem bom uso do código semântico-pragmático.

Curiosamente, ou talvez não, a atual escrita portuguesa para a infância e a juventude não é tão fértil quanto possa parecer em textos, sob vários aspetos,



*fortes*, marcantes, que estimulem o desenvolvimento de uma consciência cívica e política sem comprometer a sua vertente artística – descontando é claro o conjunto de obras dedicadas ao significado da queda da ditadura salazarista-marcelista e do 25 de Abril de 1974, das quais é forçoso salientar *O tesouro* (1993), de Manuel António Pina, ou todos os poemas e contos que, de uma forma ou de outra, abordam temáticas relacionadas com a proteção da natureza e o ambientalismo ou, por outro lado, com a condenação da discriminação racial e a apologia do diálogo intercultural. E neste domínio, sem a preocupação de particularizar títulos, teriam de ser mencionados a poesia e os contos de Luísa Ducla Soares para crianças, certos livros de José Jorge Letria ou algumas das novelas e romances de Ana Saldanha para jovens. Como exemplos de outras obras mais recentes com visíveis implicações políticas, destaquem-se *O gato Karl* (2005), de Francisco Duarte Mangas, em que perpassa a sombra de Marx, ou *Os meus misteriosos pais* (2009), de José Viale Moutinho, a primeira narrativa a dar a conhecer o olhar de uma criança sobre a vida clandestina dos progenitores, militantes comunistas antes do 25 de Abril.

Talvez porque não temos em Portugal uma Alki Zei (Grécia), um Uri Orlev (Polónia/Israel) ou um Geoffrey Trease (Reino Unido) – autor que fez de um dos seus muitos romances juvenis históricos uma bela recriação ficcional dos acontecimentos da Revolução de Outubro de 1917 (*As noites brancas de São Petersburgo*, Lisboa: Plátano, 1978) e nunca ocultou o seu posicionamento de esquerda –, somos obrigados a recuar no tempo para encontrarmos algumas narrativas verdadeiramente ousadas do ponto de vista do questionamento sociopolítico que propõem aos seus jovens leitores. São os casos de *As Aventuras de João Sem Medo*, de José Gomes Ferreira (surgida na década de trinta, no periódico infantil *O Sr. Doutor*, com primeira edição em livro em 1963, sob o título *Aventuras maravilhosas de João Sem Medo*), da narrativa em verso «Grilos e grilões», em *Bichos, bichinhos e bicharocos* (1949), de Sidónio Muralha, de *O grande lagarto da Pedra Azul* (1986), de Papiniano Carlos, e de alguns outros, em cujo conjunto se inserem certas obras de Mário Castrim, além de *A floresta*, de Sophia de Mello Breyner Andresen, *Beatriz e o plátano*, de Ilse Losa, ou *O pajem não se cala*, de António Torrado. E deixo de lado, por agora, a importância crucial que,

para o aspeto que aqui me ocupa, teve essa coleção juvenil de excelência que foi a «Caminho jovens», sabiamente dirigida nos anos oitenta e noventa pelo então editor de livros infantis da Editorial Caminho, José Oliveira, na qual, aliás, foram incluídos títulos de Alki Zei, Geoffrey Trease, Scott O'Dell, Judith Kerr, Christine Nöstlinger e de muitos outros nomes seminais, sobretudo estrangeiros, da narrativa contemporânea para pré-adolescentes e adolescentes.

Vale a pena começar por lembrar, a este propósito, Sophia de Mello Breyner Andresen. «Confia nas crianças, nos sábios e nos artistas» – recomenda o Rei dos Anões ao anão de *A Floresta* (1968), uma parábola de reconhecíveis implicações políticas sobre a corrupção espiritual e os malefícios associados ao ouro e à riqueza, compreendidos por Isabel (a criança), por Cláudio (o músico), pelo Dr. Máximo (o cientista altruísta e preocupado com os pobres) e pelo próprio anão. Existirá, na literatura portuguesa para crianças, outra obra que de modo tão cristalino e eloquente condene a vertigem individualista, o sistema capitalista e os seus malefícios, bem como os seus representantes políticos e empresariais?

Revisite-se outro exemplo. Investindo num registo realista, na linha das novelas e contos escritos na década de cinquenta, o livro *Beatriz e o plátano* (1976), de Ilse Losa, é uma das primeiras narrativas portuguesas para crianças (senão a primeira) animadas do espírito revolucionário e democrático do 25 de Abril de 1974, e evidencia, em simultâneo, pioneiras preocupações ambientais e cívicas. Averbando, em 2005, mais de uma dezena de reedições, foi, durante muitos anos, um dos títulos mais lidos em escolas portuguesas, por alturas do Dia da Árvore ou sempre que se afluava a temática da proteção da natureza e da defesa de um ambiente saudável.

Conto breve (pouco mais de trinta páginas impressas em caracteres relativamente grandes), em linguagem simples, mas não isenta, aqui e acolá, de ironia e de um subtil sentido de humor através dos

quais se exprime a crítica social, *Beatriz e o plátano* narra, em crescendo dramático, a história de uma menina que impede o derrube de um plátano secular, determinado pelas autoridades municipais, após a construção de uma nova estação dos correios na rua onde quase toda a ação decorre. A narração heterodiegética não impede o recurso ao jogo das focalizações, ativando-se por vezes a focalização interna e dando-se a conhecer a «corrente de consciência» da heroína, para melhor permitir a identificação do leitor com a protagonista e com a sua luta. Porque de uma luta se trata, de facto, já que Beatriz, além de escrever às autoridades e de protestar, de viva voz, acaba por empreender uma resistência pacífica, de rua, junto à sua amada árvore, mantendo-se junto dela, dia e noite, e mobilizando, pelo exemplo cívico, quer o auxílio dos pais quer um apoio crescente da população – gente simples, modesta, maioritariamente composta pelos moradores da zona e bem retratada, por Lisa Cowenbergh, em ilustrações de cariz realista (a última traz à memória certas imagens do período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril de 1974). O objetivo é finalmente atingido e as autoridades, receosas do impacto público negativo da medida, desistem de proceder ao corte do velho plátano.

Beatriz não é apenas o exemplo de um herói infante-juvenil com preocupações ambientalistas *avant la lettre*, interveniente e mobilizador de vontades, voltado para o futuro, em consonância com os combates cívicos de 1974 e 1975 em Portugal. Ela representa também a consciência da importância da memória e da preservação das raízes, «pois é verdade que nos enraizamos em tudo aquilo de que gostamos, nas criaturas e nas coisas; e é isso que dá sentido à nossa vida» (*Beatriz e o plátano*, 5.<sup>a</sup> ed., Porto: ASA, 1992, p. 13).

Com o seu paradoxal e divertido título temático e remático, *O pajem não se cala: grande novela em ponto pequeno com oito airosos capítulos e uma conclusão definitiva*

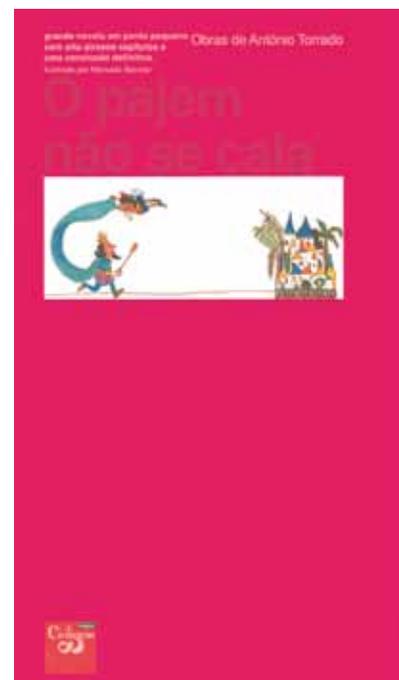
(1981), de António Torrado, é outra das narrativas mais ousadas da nossa literatura para a infância, recorrendo ao fantástico de cunho alegórico. Tendo como hipotexto o conhecido conto de Hans Christian Andersen, *O fato novo do rei* – que configurava já uma severa mas divertida crítica do grande romântico dinamarquês ao ambiente de hipocrisia, de mentira e de inconfessável incompetência característico de uma corte, cujo soberano era a sua expressão máxima –, Torrado cria um diálogo entre um menino e um contador de histórias, o qual, além de recontar a história de Andersen, a prolonga em *mise en abîme* com humor e sentido crítico. No texto de Torrado, a personagem infantil do conto original – que gritara «O rei vai nu» – vê a sua irreverência ameaçada de neutralização ao ser contratado como pajem caudatário do rei. Mas por pouco tempo, porque rapidamente recuperará a sua tendência para proclamar verdades e denunciar ridículos e hipocrisias, fazendo-o, além do mais, com um espírito lúdico que Manuela Bacelar ilustra soberbamente na edição de 1992, da Civilização, a que aqui recorro. Na fase em que o pajem se torna insuportável para os cortesãos e o próprio rei – este no capítulo seis proíbe-o de falar –, em vez de palavras começa a expelir umas simbólicas estrelas (sugerindo a luz da verdade amordaçada) que acabam por incendiar o palácio real. No capítulo oito, o monarca autoriza por isso que o pajem fale de novo e recambia-o para a família.

Quase no final, em contexto metatextual, é a personagem do menino que escutava a história no Jardim da Estrela quem força o contador adulto a engendrar um final revolucionário. Este conta então ao seu pequeno ouvinte como o povo acaba por derrubar o rei, os cortesãos e os fidalgos, dispensando-os e colocando no seu lugar gente da confiança da população, sem vaidade e sem medo «de que lhes apontassem as faltas e lhes dissessem as verdades duras que todos os governantes têm de saber ouvir» (p. 30). Torrado amplia, assim, os sentidos do hipo-

texto anderseniano, assumindo uma apologia da democracia e da legitimidade da vontade popular que chega ao ponto de abrir a possibilidade da violência revolucionária, suscetível de derrubar e substituir os detentores do poder por «gente de confiança».

O autor de *O pajem não se cala* é conhecido, aliás, pelo modo particularmente talentoso como tematiza valores como a liberdade, o companheirismo e a amizade, a igualdade e a democracia, a defesa dos socialmente desprotegidos e dos mais indefesos, o respeito pelos animais, o respeito pela infância, entre outros. Consequentemente, é notória na sua escrita a crítica, quase sempre divertida, a comportamentos sociais, aos poderosos e seus defeitos (vaidade, atitude emproada, excessos de formalismo, autoritarismo e abuso do poder...).

Serão necessários mais exemplos de obras literárias de qualidade para demonstrar que nem a dimensão sociopolítica, em geral, nem a apologia de um mundo mais justo e mais humano, em particular, deixaram há muito de ser questões tabu na nossa literatura destinada à infância? \*



# Porque não queremos que o encanto se quebre: os direitos da criança na literatura portuguesa para a infância

Sara Reis da Silva  
IE – Universidade do Minho  
sara\_silva@ie.uminho.pt

«Cada pessoa guarda um segredo.  
O segredo do homem é a própria infância.»

João Santos

A infância ou a criança como protagonista tem representado um motivo assíduo não apenas na literatura dita canónica, mas também em obras especialmente vocacionadas para os leitores mais novos, como atestam antologias como *A Infância Lembrada*, de Matilde Rosa Araújo (1986), ou estudos como *Sobressalto e Espanto. Narrativas Literárias Sobre e Para a Infância, no Neo-Realismo Português*, de Violante F. Magalhães (2010).

Vários volumes que possuem a criança como destinatário preferencial e que a colocam, por vezes, até, simultaneamente, no centro da sua escrita

ficcional, retomam e recriam a *Declaração dos Direitos da Criança*, proclamada pela Resolução 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, documento que possui como base e fundamento os direitos à liberdade, aos estudos, ao brincar e ao convívio social das crianças, plasmados em 10 princípios, ou a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada em Nova Iorque, em 20 de Junho de 1989, na Assembleia Geral das Nações Unidas, composta por 54 artigos<sup>1</sup>.

1 Têm sido vários os estudos desenvolvidos e as publicações editadas em torno dos referidos documentos. A título exemplificativo, sugere-se a consulta das teses de doutoramento *Infância e Direitos: participação nos contextos de vida: Representações, práticas e poderes* (Instituto de Estudos da Criança-Universidade do Minho, Braga, 2005), de Natália Fernandes, e *Há muitos mundos no mundo... direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças: diálogos entre crianças de Portugal e do Brasil*, de Catarina Almeida Tomás (Instituto de Estudos da Criança-Universidade do Minho, Braga, 2007). Acrescente-se, ainda, que, em 2010, por exemplo, o «Espaço Brincar» – Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa publicou *Uma Viagem pelos Direitos da Criança...*

Com efeito, trata-se de um percurso criativo que resulta num conjunto de «variações para flauta e outros instrumentos de afecto», como registou Vergílio Alberto Vieira, numa delicada dedicatória datada de 10 de Outubro de 2007 e escrita em *Para Não Quebrar o Encanto*, uma das obras que será alvo de uma análise e interpretação neste conciso ensaio.

Propomos, assim, uma revisitação de vários textos escritos por autores portugueses que indiscutivelmente têm dedicado uma atenção sensível e generosa às crianças, nomeadamente Matilde Rosa Araújo, Maria João Carvalho, Luísa Ducla Soares e Vergílio Alberto Vieira. A sua escrita literária, tendo uma matriz factual, como mencionámos, procura divulgar e aproximar<sup>2</sup> o texto oficial dos leitores infantis, a partir de registos plurais, mas todos simples e muito sugestivos.

***Direitos da Criança*** (2003), de **Maria João Carvalho**, autora cuja actividade literária tem revelado uma preocupação pedagógica e tem tido a criança como alvo de interesse, propõe uma releitura da declaração em causa a partir de uma estratégia assente na alternância entre segmentos ficcionais/pessoais e os princípios referidos. Texto linguístico e texto visual, neste caso, da autoria de Carla Nazareth, materializam e elogiam ideias/ideais como a amizade, a paz, a harmonia, o bem-estar, o amor, a justiça, a esperança, a serenidade e a fraternidade, sempre num discurso do qual emergem, por exemplo, o maravilhoso e um especial visualismo. Os jogos de cores, as formas circulares, mimetizando um cenário harmonioso, e a variedade de espaços que aquelas singularizam, bem como a diversidade de idiomas, testemunhada no nome próprio Maria, ou, ainda, o recurso expressivo a formas verbais actua-

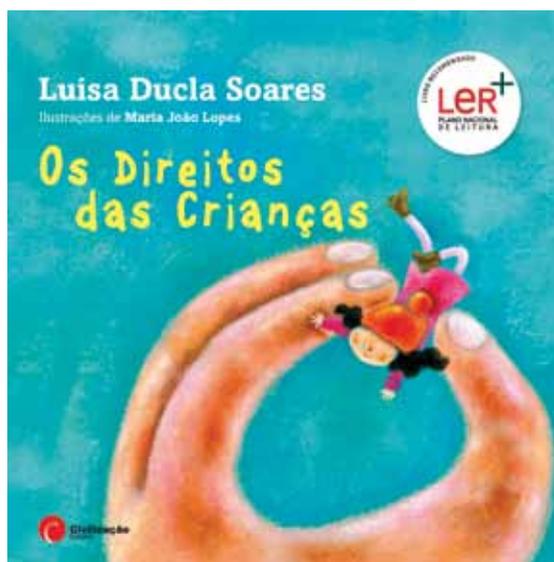
ciais («rodopiam» ou «chapinham», por exemplo) reflectem a relevância concedida a aspectos como a universalidade e a alegria/a energia que caracterizam a infância (e o seu inato impulso lúdico). Esta obra integra as listas do Plano Nacional de Leitura, sendo recomendada para apoio a projectos relacionados com Cidadania na Educação Pré-Escolar, 1º e 2º anos de escolaridade.

Com primeira edição datada de 1977, ***Os Direitos da Criança***, de **Matilde Rosa Araújo**, glosa os dez princípios proclamados na referida Declaração. Num discurso poético, assente expressivamente em estratégias como a reiteração de vocábulos (como «criança», «livre», «feliz», «amor», «família» ou «fraternidade», entre outros), o paralelismo anafórico, a enumeração ou a interrogação retórica, a recriação poética dos Direitos evidencia simultaneamente o propósito apelativo e a atitude de comprometimento cívico e social que distinguem o percurso biográfico e literário da autora. Como sublinha Ana Margarida Ramos, na sinopse disponível no portal do projecto da Casa da Leitura, «Desde os primeiros livros que a infância – sobretudo a magoada e sofrida, alvo de injustiças e de exploração – é tema central na produção poética desta autora. Sensível ao universo infantil, sempre denunciou a forma negativa como são tratadas muitas crianças, vítimas inocentes de uma sociedade injusta e perversa». Com efeito, Matilde Rosa Araújo foi sempre uma voz de defesa dos direitos e de elogio da infância, sublinhando a urgência do reconhecimento das crianças como seres plenos de direito, carentes de protecção e de justiça, bem como inspiração para a crença num futuro melhor.

São, efectivamente, algumas destas ideias que norteiam não apenas a escrita do prefácio a *A Infân-*

*Com que Fios se Tece*, uma brochura que integra um conjunto de atividades distribuídas por quatro «categorias»: «direitos de sobrevivência», «direitos de protecção», «direitos de desenvolvimento» e «direitos de participação».

2 A divulgação é também o objectivo primordial do pequeno volume *Os Direitos da Criança*, uma adaptação do texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, da autoria de Paula Cristina Martins e Sara Pereira, com ilustrações de Arlindo Fagundes, editado pelo Governo Civil de Braga e pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (1998). Trata-se de um livro que apresenta os princípios em questão «numa linguagem simples, para que todos a entendam».



cia *Lembrada* (1986), mas também, e de forma muito singular, obras como *O Livro da Tila* (1957), *O Cantar da Tila* (1967), *O Palhaço Verde* (1962) e *O Sol e o Menino dos Pés Frios* (1972), títulos que, entre outros, dão conta, como explicita José António Gomes, de um fascínio «pelo imaginário infantil, mas sempre sensível às múltiplas agressões de que é vítima a criança numa sociedade que a não respeita (...)» (Gomes, 1997: 36).

Uma atitude e um gesto semelhantes encontramos em **Luísa Ducla Soares** e em diversos títulos da sua obra cuja publicação principiou há cerca de 40 anos. Na verdade, conforme tivemos oportunidade de equacionar em «La presencia de Luísa Ducla Soares en la literatura infantil portuguesa: Los niños y las representaciones de la diversidad», estudo ainda inédito e apresentado no Simpósio Internacional «La literatura que acoge: infancia, inmigración y lectura», que decorreu em Barcelona nos dias 17-19 de Novembro

de 2011, em vários textos, Luísa Ducla Soares empreende a recriação da ideia de diversidade e do seu elogio elegante e discreto, a partir de recurso a figuras infantis, que podem classificar-se como personagens-tipo, com implicações colectivas e com um comportamento modelo. É, aliás, o que se observa em textos como «Os meninos de todas as cores», um conhecido conto, originalmente publicado em 1976, na colectânea *O Meio Galo e outras histórias* (Asa, 2001).

Em *Direitos das Crianças* (2009), Luísa Ducla Soares revisita os princípios da referida Declaração, expandindo, num discurso vivo, apelativo e muito próximo do leitor infantil, o seu conteúdo. A sua intenção pedagógica/formativa, já anunciada no texto introdutório da publicação, não obscurecendo, note-se, o seu carácter literário, confirma-se, no final, através da inclusão da secção intitulada «Os Deveres das Crianças». Os princípios seleccionados e “reescritos”, a partir de um processo de síntese<sup>3</sup>,

3 A saber: «Todas as crianças têm os mesmos direitos», «Sempre que possível, as crianças devem viver com a sua família», «Todas as crianças têm direito a uma identidade: a um nome e a uma nacionalidade», «Todas as crianças têm direito a crescer com saúde», «Todas as crianças têm o direito à educação», «As crianças têm o direito de brincar», «As crianças deficientes têm os mesmos direitos que as outras», «As crianças têm direito à vida privada», «As crianças têm direito de dar opinião sobre os assuntos que lhes dizem respeito», «As crianças devem ser protegidas de todas as formas de violência», «As crianças não podem ser exploradas», «As crianças têm direito a uma justiça adequada à sua idade» e «As crianças não podem ser soldados»



são, depois, detalhadamente expandidos. Num discurso simples e em tom coloquial, apresentam-se pequenos exemplos do quotidiano infantil, aludindo-se, por exemplo, a aspectos respeitantes às leis portuguesas (como a do ensino obrigatório). Deste volume sobressai a actualidade do registo que não deixa de revelar o conhecimento que a autora possui do mundo contemporâneo e das singularidades que distinguem as crianças do presente. Note-se, por exemplo, a referência aos contactos pela Internet e aos seus potenciais riscos. Não deixa também de ser curiosa a visão crítica implícita – e reveladora de preocupações formativas/educativas – em segmentos como «Mas, atenção, ser explorado não é dar uma ajuda em casa, no jardim, no campo. Certos trabalhos como arrumar o quarto, passear o cão ou regar as plantas só ajudam as crianças a tornarem-se responsáveis.» (Soares, 2009b: 25). E o mesmo poderemos afirmar relativamente à secção intitulada «Os Deveres das Crianças» e na qual se pode ler: «Mas também há, cada vez mais, filhos únicos mimados, habituados a serem o centro do mundo. Batem o pé, são malcriados, troçam dos colegas, exigem que os pais comprem tudo o que lhes apetece.

(...) Em que adultos se irão transformar? Até hoje, ainda ninguém escreveu uma convenção sobre as obrigações dos mais novos. Mas algumas delas são geralmente aceites: respeitar os pais e os professores; tratar todos com educação; ir à escola e estudar; não andar em brigas; ajudar em casa; proteger o nosso planeta» (*idem, ibidem*: 30-31). As ilustrações de Maria João Lopes recriam com eficácia os motivos centrais expostos no texto linguístico, transformando a criança em protagonista, como sugerem, desde logo, a capa – aliás, marcada por um interessante sentido simbólico e metafórico –, a contracapa e as guardas da publicação.

Uma outra obra da autoria de Luísa Ducla Soares – **No dia da Criança** –, também publicada em 2009, possui igualmente como mote os Direitos da Criança. Nesta, através da técnica do encaixe, relata-se a história de um «menino chamado terça-feira», uma narrativa breve também ela «guardada» num livro e contada ao Diogo, à Marta e ao Zézinho pelo seu pai. A precariedade das condições de vida, as desigualdades sociais, a guerra, o trabalho infantil ou a morte são alguns dos temas aí ficcionalizados. A tentativa de ligação ao real e de alerta para alguns dos aspectos referidos (e que marcam a sociedade contemporânea) representam dois elementos-chave desta obra. Narrativa onde, muito ao jeito da autora, se coloca em primeiro plano a criança, o volume conta, ainda, com expressivas ilustrações de Danuta, um trabalho plástico que, seguindo o estilo habitual desta ilustradora, tira partido de uma paleta de cores quentes e fortes, adequada à recriação, por exemplo, do cenário africano.

Em forma poética, a obra **Para não Quebrar o Encanto** (2007), subintitulada «Os Direitos da Criança», de **Vergílio Alberto Vieira**, abre com a transcrição do texto da «Declaração dos Direitos da Criança», apresenta vinte breves glosas inspiradas nesta e encerra com o seguinte «Parágrafo único»: «Para estar de bem comigo e com os outros, / aos

meus direitos juntei o dever de amar; / aos meus deveres, o direito de ser amado» (Vieira, 2007: s/p). O tópico do amor é, de facto, estruturante na totalidade dos versos da colectânea, sendo poetizado a partir do recurso a elementos simbólicos, muitas vezes incluídos em expressões metafóricas e comparativas. Releiam-se, por exemplo, os primeiros versos do volume: «As minhas mãos são brancas como o dia; / as tuas, negras como a noite. / O sol e a lua são o dia / e a noite as nossas mãos. // Os meus lábios são vermelhos como cerejas; / os teus, frescos como orvalho. / Sempre que digo o teu nome, / só eu sei que nome tenho, / qual o lugar em que nasci.» (*idem, ibidem: s/p*). A poesia de Vergílio Alberto Vieira, aqui repartida por vinte breves fragmentos líricos, dá também conta «das fragilidades da criança e da existência de desigualdades e de situações insustentáveis do ponto de vista dos direitos humanos» (Ramos, 2012: 134), como refere Ana Margarida Ramos. A composição visual da colectânea corrobora e amplia os sentidos da poesia de Vergílio Alberto Vieira. Distinguindo-se pelo recurso a uma paleta de cores fortes e contrastivas, as ilustrações colocam em destaque, num estilo que conjuga a tendência realista, a figurativa e os detalhes fantásticos, uma multiplicidade de personagens infantis cujos gestos e atitudes reflectem os sentidos fundamentais do texto verbal. Estas materializam a contemplação, a acção, o jogo e a brincadeira infantis, bem como a união, a solidariedade e o companheirismo, entre outros.

Todos os textos brevemente relidos neste ensaio, além de actualizarem a importância da Declaração dos Direitos da Criança, propondo um regresso urgente e constante aos seus princípios, substantivam uma consciência cívica e social a par de um conhe-

cimento da criança. Na verdade, e para concluir, as obras seleccionadas são também uma forma valiosa de dar a compreender a infância, porque, como escreve Matilde Rosa Araújo, no prefácio de *A Infância Lembrada*, «Entender a profundidade, e utilidade com a aparência de inútil, da infância deve estar presente em todos que a ela se dediquem. E, em todos aqueles que escrevam para a criança – com a criança...» (Araújo, 1986: 9). •

### Referências bibliográficas:

- ARAÚJO, Matilde (1986). *A Infância Lembrada*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ARAÚJO, Matilde (2008). *Os Direitos da Criança*. Porto: Arca das Letras (ilustrações de Raquel Leitão) (1ª ed. – 1977).
- CARVALHO, Maria João (2003). *Direitos da Criança*. Coleção «Montanha Encantada». Rio de Mouro: Everest (ilustrações de Carla Nazareth).
- GOMES, José António (1997). *Para uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude*. Lisboa: Ministério da Cultura-Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.
- MAGALHÃES, Violante F. (2010). *Sobressalto e Espanto. Narrativas Literárias Sobre e Para a Infância, no Neo-Realismo Português*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- RAMOS, Ana Margarida (s/d). «Direitos da Criança, de Matilde Rosa Araújo» (sinopse) – disponível no portal [www.casadaleitura.org](http://www.casadaleitura.org) (consultada no dia 01 de Março de 2013).
- RAMOS, Ana Margarida (2012). «Preservar a infância: Aparentamentos para a leitura de *Para Não Quebrar o Encanto – Os Direitos da Criança*, de Vergílio Alberto Vieira» in *Tendências Contemporâneas da Literatura Portuguesa para a Infância e Juventude*. Colec. «Percurso da Literatura Infantojuvenil/7». Porto: Tropelias & Companhia, pp. 129-134.
- SOARES, Luísa Ducla (2009a). *No Dia da Criança*. Lisboa: APCC (ilustrações de Danuta Wojciechowska).
- SOARES, Luísa Ducla (2009b). *Os Direitos das Crianças*. Porto: Civilização (ilustrações de Maria João Lopes).
- VIEIRA, Vergílio Alberto (2007). *Para Não Quebrar o Encanto – Os Direitos da Criança*. Lisboa: Caminho (ilustrações de Rita Oliveira Dias)

# Ecoliteracia e literatura para a infância: quando a relação com o ambiente toma conta dos livros

Ana Margarida Ramos Universidade de Aveiro; CIEC – UM  
Rui Ramos Instituto de Educação, CIEC; Universidade do Minho

## 1. Ecoliteracia

**1.1** O lexema *ecoliteracia* manifesta na sua forma de superfície, de modo acessível, parte do seu semantismo: remete para *eco*, ou *oikos*, que significa “casa”, e *literacia*, termo comum no âmbito escolar ou formativo que evoca competências e conhecimentos. O indivíduo possuidor de ecoliteracia, ou literacia ecológica, será aquele que detém competências e conhecimentos acerca da sua “casa”, aqui tomada como o ecossistema planetário.

Mais especificamente, dir-se-á que um indivíduo possuidor de ecoliteracia é capaz de se relacionar com o ecossistema de forma harmoniosa ou, se quisermos usar um termo querido do discurso ecológico, “sustentável”: respeitador das outras existências para além da sua, numa perspetiva de longo prazo, procurando compreender, de forma tão abrangente quanto possível (ou de forma tão *ecológica* quanto possível) os elementos do mundo com os quais interage, assumindo plena responsabilidade de suas atitudes e ações. Portanto, ecoliteracia tem a ver com entendi-

mento do mundo e correspondente posicionamento, tem a ver com conceptualização e pensamento.

A ecoliteracia é a capacidade de os cidadãos desenvolverem um tipo de pensamento favorável à desconstrução do paradigma antropocêntrico que caracteriza as sociedades ocidentais e as suas consequências mais diretas, nomeadamente a conceção do homem como legítimo explorador do meio natural em seu proveito e a da natureza como uma inesgotável fonte de bens ao dispor de todas as necessidades e desejos humanos (o providencialismo). A essa desconstrução corresponde a edificação de uma conceção ecocêntrica, segundo a qual o homem se encontra integrado num sistema biológico complexo, cujo equilíbrio deve constituir uma aspiração individual e coletiva.

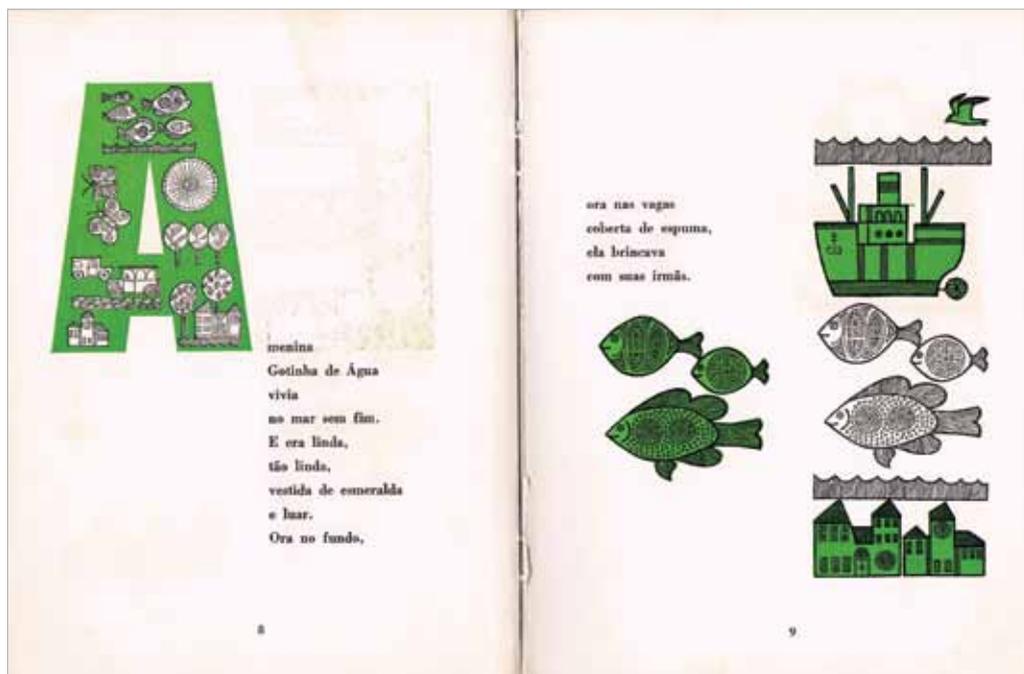
Tal objetivo exige uma definitiva alteração de mentalidades, de valores e de comportamentos, ou um novo estilo de vida. Ora, os estilos de vida desenvolvem-se desde a infância, preparando as crianças

para um tipo de raciocínio não monolítico nem amputado, mas *ecológico*, isto é, capaz de configurar as redes de relações em que cada ato se envolve (Capra, 2002).

Há que sublinhar que possuir ecoliteracia não corresponde simplesmente a possuir um determinado *saber*. Esta é uma realidade dual: por um lado, é, de facto, necessário dominar um conjunto de conhecimentos, nomeadamente o reconhecimento da complexidade do mundo e da intrínseca interligação entre cada gesto de cada indivíduo na rede de relações que a todo o momento de estabelece; por outro lado, é necessário adotar uma certa atitude mental, ou quadro conceptual (Orr, 1992) com os posicionamentos teóricos e os comportamentos práticos correspondentes: um sentido de responsabilidade individual por cada tomada de posição, o reconhecimento do papel de cada ser humano na interação com os outros, humanos ou não, com todos quantos partilham o ambiente próximo ou global (Ramos, A.M. e Ramos, R., 2011).

**1.2** Este ponto de partida uniu os esforços dos dois investigadores autores deste texto na consideração das virtualidades da literatura infantil na promoção da ecoliteracia e na indagação aprofundada e sistemática de obras para crianças e jovens com tais valências (cf.: [www.ecoliteracia.iec.uminho.pt](http://www.ecoliteracia.iec.uminho.pt)). Trata-se de um projeto de investigação que prevê a análise discussão fundamentada de obras recentes e, supostamente, acessíveis aos leitores e mediadores de leitura.

Sendo inovador no panorama científico e educativo nacional, não o é, contudo, em absoluto: projetos, investigações e intervenções do mesmo teor foram assumidos e desenvolvidos noutros pontos do mundo, com as naturais cambiantes. Veja-se, por exemplo, a existência de uma “Association for the Study of Literature and Environment”, uma associação norte-americana de professores, escritores, estudantes, artistas e ambientalistas interessados pelas questões da relação entre o homem e o mundo natural e as respetivas representações na língua e na



cultura, como se pode ler na apresentação da sua página na internet<sup>4</sup>. Entre outras atividades, esta associação publica uma revista científica trimestral desde 2009, através da Oxford University Press. Um outro exemplo de iniciativa integrando a mesma questão pode ser identificado no “Center for Ecoliteracy”<sup>5</sup>, que consagra um papel central à promoção do “pensamento sistémico” como fundamental na educação para a sustentabilidade e desenvolve uma multiplicidade de iniciativas com impacto social, em particular na população escolar.

## 2. Ambiente e literatura para a infância. Notas para uma panorâmica histórica

Entendida, em primeiro lugar, como literatura, isto é, definida em função da sua vertente estética, a literatura para a infância não é alheia, desde a sua génese, à necessidade de se vincular ideologicamente a princípios e valores tidos como relevantes e determinantes para a formação do indivíduo e para a sua relação com os outros e com o meio onde se insere, associados a uma dimensão pedagógica alvo de um tratamento privilegiado por parte de muitos autores. Esta dimensão, sem se reduzir a inculcação de princípios morais, ou códigos de conduta específicos, concretiza-se em objetivos pragmáticos de informação, formação e educação para um conjunto diversificado de valores, entre os quais se encontra a defesa do ambiente: «ao longo da história da literatura infantil portuguesa o ambiente (melhor, a Natureza) esteve quase sempre presente, das formas mais variadas. Histórias com bichos não têm conta. Histórias que falam de lugares, terras, povoações, povos, *habitats*, costumes, tradições, lendas, rios, mares, oce-

anos, florestas, são tantas que quase arriscaríamos dizer que não há livro infantil que, de algum modo, não aborde ou tenha por cenário elementos da Natureza. Quase sempre, também, para levar ao pequeno leitor uma ideia feliz, encantatória, do mundo que o rodeia. Em particular, quando ninguém parecia ainda suspeitar que o Ambiente pudesse vir a precisar de atenções especiais, com vista a preservá-lo de práticas insensatas, destruidoras. É então que a literatura infantil (...) começa a interessar-se pelos problemas ambientais e a introduzi-los nas histórias para crianças» (Barreto, 2002: 36).

A imagem idílica da Natureza intocada e perfeita, uma espécie de éden resgatado, percorre muitos textos escritos a pensar nas crianças, sobretudo aqueles mais marcados pelo apaziguamento.

Nos anos 60, contudo, pela mão de alguns autores oriundos do movimento neorrealista, assiste-se à emergência desta temática em contornos mais próximos dos da atualidade, reforçando o caráter interventivo do Homem e a necessidade da sua proteção. Vejam-se os casos de Alves Redol, Papiniano Carlos, Sidónio Muralha, mas também, posteriormente, de Matilde Rosa Araújo, Ilse Losa ou José Jorge Letria, por exemplo.

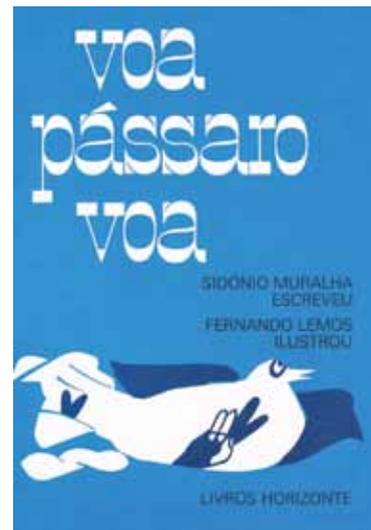
O interesse pela questão ambiental decorre, em grande medida, numa primeira fase, do entendimento da Natureza enquanto elemento essencial à qualidade de vida humana, aspeto em que a obra de Alves Redol, mas também Sidónio Muralha e Papiniano Carlos, se mostrou precursora. Nesta linha de leitura, veja-se o caso de *A vida mágica da sementinha* (1956), uma pequena novela sobre o ciclo de vida do trigo, mas também uma lição de vida sobre a justiça social. Texto clássico da literatura portuguesa para a infância, a parábola sobre o trigo, da autoria de Alves Redol, constitui uma referência obrigatória pela

4 <http://www.asle.org>

5 <http://www.ecoliteracy.org>. Esta iniciativa assume um foco muito mais abrangente do que o projeto de investigação descrito neste texto.

forma como o autor, num discurso aparentemente simples e acessível, cruza uma multiplicidade de temas e apela a uma distribuição mais justa da riqueza. A pequena sementinha que protagoniza a narrativa, tal qual uma heroína de um conto de fadas, vive muitas aventuras até se transformar em planta e, novamente, em grão, completando um ciclo vital de extrema importância para o Homem que dela depende. É também o carácter cíclico dos elementos naturais, neste caso a água, que domina a narrativa versificada *A Menina Gotinha de Água* (1962), de Papiniano Carlos. O texto recria, de forma acessível, a importância deste elemento na vida humana e não vê a sua leitura esgotada nesta vertente mais pedagógica e o texto, pela multiplicidade de ambientes, de paisagens e personagens retratadas, pode também ser lido enquanto ode à Liberdade e à Igualdade que a distribuição equitativa da água, como bem universal, simboliza.

As questões ambientais, presentes nos autores neorrealistas, tornam-se centrais em Sidónio Muralha, como demonstrou João Manuel Ribeiro (2010), cabendo-lhe a sua introdução na literatura infantil portuguesa. O autor, conhecedor (e admirador) da “Declaração de Estocolmo”, toma-a como mote poético de muitos dos seus textos, tanto em prosa como em verso. A prová-lo, lembre-se a atribuição, em 1976, do Prémio “Meio Ambiente na Literatura Infantil”, com o livro *Valéria e a Vida* (1976), mas também textos como alguns dos contos de *Sete cavalos na berlinda* (1977), *Voa pássaro, voa* (1978), *Terra e Mar Vistos do Ar* (1981). *Helena e a Cotovia* (1979), um dos mais emblemáticos textos de Sidónio Muralha, reforça a sugestão ambiental de outros volumes, associando a liberdade das aves – o eixo da narrativa tem a ver com a libertação de uma cotovia – ao equilíbrio natural, resultante do respeito pela natureza e pelos ecossistemas. A sucessão de aves que vem agradecer a Helena o seu gesto é ilustrativa da variedade e da riqueza das espécies, mas também da necessidade de conhecimento da realidade envolvente.



Esta assiduidade no tratamento sistemático da questão ambiental confirma o pioneirismo do autor, uma vez que só duas décadas mais tarde o tema ganhará consistência e relevo no universo da LIJ portuguesa, sendo transversal a um conjunto significativo de autores.

No ano de 1975 (e tendo vigorado até à década de 90, vejam-se as portarias n.º 426/85, de 5 de Julho e n.º 7/90, de 8 de Janeiro) foi instituído, pela então Secretaria de Estado do Ambiente, o prémio ‘O Ambiente na Literatura Infantil’, destinado a distinguir trabalhos relacionados com problemas do Ambiente e dirigidos a crianças e jovens. Foi entregue entre 1976 e 1991, com algumas interrupções por falta de qualidade das obras apresentadas em concurso. O regulamento foi alterado em 1978, permitindo a admissão de trabalho inéditos. Este prémio distingue-se pelo facto de revelar, desde muito cedo, uma preocupação ambiental, antecipando a relevância de um tema que viria a consolidar-se posteriormente. As obras premiadas, da autoria de escritores relevantes do panorama editorial português, como José Jorge Letria, Maria Alberta Menéres, Natércia Rocha ou Carlos Correia, constituem, por si só, um indicador interessante da representatividade do tema no uni-

verso literário. Algumas das obras galardoadas figuram ainda hoje como referências da recriação literária da preocupação ecológica, como acontece com *Valéria e a Vida* (1976), de Sidónio Muralha, *O Grande Continente Azul* (1985) e *Uma Viagem no Verde* (1987), de José Jorge Letria, ou *O Sapo Francisquinho*, de Clara Pinto Correia, ainda que algumas delas marcadas por uma certa ingenuidade no tratamento do tema. Outros autores que integram a lista de vencedores são Carlos Correia, Maria Alberta Menéres e Natércia Rocha.

Obra distinguida com o Prémio “O Ambiente na Literatura Infantil” em 1983, *O Grande Continente Azul* (1985), de José Jorge Letria, é uma narrativa poética que, em discurso de primeira pessoa, dá voz ao mar. O texto recria todas as características do universo marinho, dando conta da sua importância no equilíbrio da Natureza e também na vida humana, enumerando todas as suas qualidades. Apelando a uma atitude ecologicamente saudável e sustentável, no texto ecoam ainda as consequências do não respeito pelo universo marinho e pelos seus habitantes, ainda que a sua origem não seja explícita. Em *Uma Viagem no Verde* (1987), os atentados à natureza e ao seu equilíbrio estão presentes, mas não é aclarada a participação humana nessas ações nefastas. Ambos os textos, claramente próximos dos objetivos do concurso, são mais manifestos poéticos de defesa ambiental do que recriações concretas das consequências da intervenção humana no meio natural, não deixando clara, através do apagamento da agência, essa implicação nociva.

Clara Pinto Correia, por exemplo, recorre à sua formação científica em dois volumes destinados ao público infantil, nos quais é evidente a subordinação da dimensão ficcional à factual, sem que isso abale a estrutura da narrativa e comunicabilidade com os pequenos leitores. Em *O Sapo Francisquinho* (1986), acompanhamos o nascimento e crescimento de um sapinho, assim como a vida das diferentes espécies

que com ele partilham o *habitat*, concluindo acerca da riqueza e variedade natural de um ecossistema específico, muito próximo e concreto. Já em *A Ilha dos Pássaros Doidos* (1994), a mensagem é clara e diretamente ligada à promoção do ambiente e à sua conservação, explicitando concretamente as consequências da ação negativa dos homens sobre a extinção de várias espécies animais e educando para a preservação do ambiente.

### 3. Representação contemporânea da natureza na LIJ. A conceção em rede.

Nos últimos anos, a preocupação ambiental conheceu uma atenção particular por parte dos autores e de alguns projetos editoriais específicos, dando voz a uma nova imagem dos elementos naturais enquanto “coisas” e estados de “coisas” (todos os elementos integrantes do ecossistema planetário) com o qual o Homem partilha o planeta, necessitando de encontrar um equilíbrio que não faça perigar a existência mútua.

Veja-se, por exemplo, pela centralidade que a questão ocupa na obra da autora, o álbum poético *O Mar* (2008), de Luísa Ducla Soares. Num único poema, o sujeito poético apresenta uma visão dual do universo marítimo, destacando, por um lado, aquilo que é valorizado pelo olhar humano ou que lhe confere um papel ecológico importante, como a beleza, a riqueza ou a diversidade que lhe são reconhecidas, e, por outro lado, sublinhando uma outra faceta daquele elemento natural, fortemente disfórica, que resulta da ação destrutiva do Homem. A interrogação final e a ausência aparente de tomada de posição do sujeito poético sugerem um apelo ao leitor para que escolha – e atue em conformidade – qual das faces do mar prefere, não apagando que é da responsabilidade humana a destruição daquele elemento natural.

Pela quantidade e qualidade de livros editados, merece especial destaque a produção da editora Planeta Tangerina. Integram o catálogo um conjunto significativo de volumes onde as questões ambientais estão presentes e são alvo de tratamento cuidadoso, sobretudo porque surgem enquadradas com a realidade contemporânea, dando a ver as consequências concretas na vida das pessoas dos comportamentos dilapidadores. A conceção da vida como uma rede de múltiplas e biunívocas conexões, onde os efeitos dos atentados ambientais causados pelo Homem recaem, em última instância, sobre ele próprio, permitindo concluir, sem moralismos fáceis, acerca dos comportamentos a adotar com vista a preservar a Natureza e, também, a assegurar a sobrevivência e existência da própria espécie humana, está presente em alguns álbuns da autoria de Isabel Minhós Martins e ilustrações de Bernardo Carvalho ou Madalena Matoso. Em *A Grande Invasão* (2007), é construída, com recurso à ironia, uma parábola de um símbolo máximo do progresso da humanidade, o automóvel. Convertidos em extraterrestres com um maquiavélico plano para dominar o mundo, os automóveis são acusados de querer “acabar connosco”, visto que, “por causa deles, o planeta está a aquecer e os seres vivos... quase a sufocar”. Aquilo que em tempos terá sido natural à condição humana – caminhar – é agora dificultado pelos carros e, como essa prática foi abandonada, os seres humanos estão a ficar “pesados, rabugentos... e doentes”. Impõe-se, portanto, uma nova consciência de algumas práticas quotidianas e a adoção de hábitos mais saudáveis e congruentes com a condição humana.

Mas o melhor exemplo talvez seja, para além dos dois álbuns sem texto de Bernardo Carvalho, *Um dia na praia* (2009), e *Praia-Mar* (2011), a curiosa trilogia intitulada “Histórias paralelas”, formada pelos volu-

mes *As Duas Estradas* (2009), *Trocoscópio* (2010) e *O Livro dos Quintais* (2010). Em cada um deles, e de forma diferente e original, é realizado um apelo implícito para uma relação mais próxima com o espaço natural que nos envolve, tanto em contexto rural como em contexto urbano. A fruição da natureza e a interação com o meio distinguem claramente os dois percursos realizados pela família em *As Duas Estradas* (2009), opondo a velocidade e a rapidez à tranquilidade e ao gozo do espaço e também dos outros. É essa perspetiva que norteia igualmente *O Livro dos Quintais* (2010), já que é esse espaço, assumidamente contido e delimitado, que surge como uma extensão das personagens, simbolizando a sua relação com a Natureza e com os vizinhos que as rodeiam. A dialética rural *versus* urbano também estrutura o volume *Trocoscópio* (2010), um álbum sem palavras que explora o jogo com as formas para sugerir que está na decisão humana a efetiva mudança de atitudes em relação à Natureza e à sua proteção. Aliás, este tema parece especialmente caro a Bernardo Carvalho, que o desenvolve, em contexto marítimo de imediato reconhecimento pelos leitores preferenciais – a praia – em mais dois volumes. O apelo à defesa da praia, em *Um dia na praia*<sup>6</sup> (2009), ou a descrição de múltiplas formas de fruição do mar e da zona envolvente, em *Praia-mar* (2011) são sintomáticos de uma relação próxima com a natureza que é recriada enquanto sistema vivo, ativo e em constante evolução, capaz de proporcionar ao homem, além de tudo o mais, satisfação, enriquecimento, divertimento e comunhão.

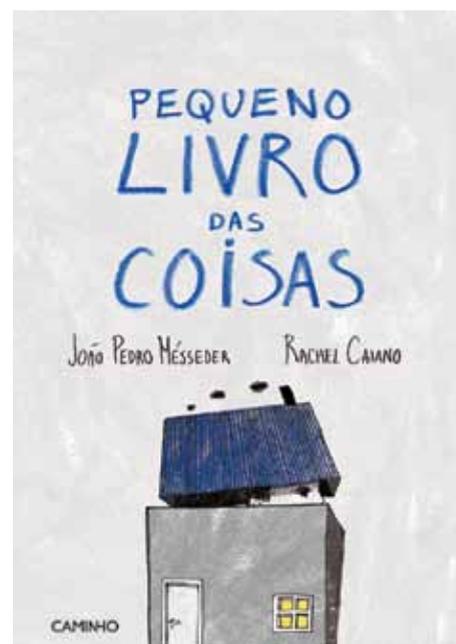
Sem surgir no centro temático das publicações, a consciência ecológica pontua dois dos melhores livros para crianças/adolescentes publicados em 2012, *Como Tu*, de Ana Luísa Amaral, com ilustrações de Elsa Navarro, e *O Livro das Pequenas Coisas*, de João Pedro Mésseder, com ilustrações de Rachel Caiano.

6 Para uma análise mais detalhada deste álbum à luz do conceito de ecoliteracia, ver Ramos & Ramos (2011).

No primeiro, um volume poético que reflete sobre o crescimento, o amadurecimento e a construção da identidade pessoal num mundo em mudança, o desenvolvimento da criança é recriado como uma mudança lenta, gradual e progressiva, que segue uma ordem lógica e um ritmo próprios, tão antigos quanto a existência. A analogia com o desenvolvimento das espécies naturais aproxima o homem da natureza, conduzindo-o a esse útero comum de onde nascem todos os seres vivos. É nesta linha que o livro mais se aproxima, implicitamente, é claro, de uma visão ecológica do mundo, defendendo uma existência em rede, onde todas as ações têm consequências na vida dos outros, incluindo todas as espécies vivas existentes. A defesa do valor do equilíbrio não se restringe ao domínio natural, mas a todas as facetas da existência, sobretudo quando combinado com a ideia de respeito pelos ritmos naturais, das pessoas e das plantas, valorizando a espera.

João Pedro Mésseder recorre ao elemento natural, na esteira de outras publicações como *O Guardador de Árvores*, como tópico de sugestão para reflexões mais complexas, como a recusa de uma visão antropocêntrica e utilitarista da Natureza em favor de uma ecocêntrica. O poema Cato é, a este respeito, particularmente explícito, uma vez que é na simples mudança de agência entre o penúltimo e o último verso que reside toda a força do poema, obrigando a refletir sobre a relação do homem com o ambiente:

«Cato  
 Como tudo o que cresce da terra  
 o cato é bom e tranquilo.  
 Não é ele que te pica,  
 mas tu que nele te picas.»



## 4. Conclusões

Deste estudo circunscrito e do projeto desenvolvido ficaram de fora os livros “documentário” ou as publicações de divulgação científica, uma vez que se procura analisar a forma como a literatura trata a questão ambiental, colaborando para a construção de uma consciência ecológica e da ecoliteracia. O mesmo acontece com as publicações que, aparentemente literárias, ou sob essa capa, subordinam a componente estética à didática, funcionando como instrumentos explicitamente ao serviço de uma moral, conduta ou comportamento, com duvidosos efeitos concretos. A instrumentalização de muitos textos literários, incluindo alguns excertos de obras analisadas, decorre da realização de leituras unívocas e interpretações lineares, nomeadamente aquando da sua integração lacunar em manuais escolares ou alvo de trabalho pedagógico.

Ficou sucintamente apontada a evolução que a temática sofreu ao longo das últimas décadas, sendo possível hoje encontrar obras que problematizam a

questão da interação entre o homem e o ambiente local e global de forma bem mais profunda e complexa do que no passado, sem deixar de se dirigirem, de modo acessível e lúdico, a jovens leitores. Reveste-se de particular importância a configuração dos ciclos de vida, seja de humanos, seja de quaisquer outros seres vivos e até de outros elementos naturais. Este assunto encontra-se inserido no âmbito mais alargado da promoção do pensamento crítico e sistémico, privilegiando as relações e não os fenómenos isolados, os processos e não somente os resultados, o todo e não só as partes (Capra, 2002).

Através das obras de literatura para a infância e a juventude, oferece-se um contacto com o ambiente natural mediado pela imaginação. Tal mediação é particularmente relevante, seja para dar sentido à realidade efetivamente vivida ou testemunhada, seja para tornar próxima e palpável uma realidade afastada da perceção individual concreta. Imbrica nesta consideração o poder modelador da língua e dos discursos como sistemas modelizantes primários (Ramos, 2009), «*forma de vida, pedra angular na / da cognição e nas / das práticas sociais*» (Fonseca, 1998: 7), entendendo-se os textos como práticas e produtos de uma «*ordenação intelectual e (re)criação e avaliação do / de mundo(s)*» (em que se inscreve e intervém o recorte de normas, valores e outras representações sociais), *memória cultural, jogos dialógicos, interação, exercício da influência, experimentação de emoção / afectividade e também de estesia*» (idem, ibidem), capazes de conferir certos sentidos aos dados sensoriais e ao seu processamento cognitivo.

Verifica-se, nos anos mais recentes, a existência de um número significativo de obras que ultrapassam o êxtase abúlico da contemplação da beleza natural para atingir níveis de perceção do mundo (natural e construído) e da sua complexidade de forma aprofundada, abrindo à consideração das causas e consequências, desvelando o que se esconde sob as aparências e rotinas mais óbvias. Estas obras ofere-

cem e desafiam a uma visão crítica da vida contemporânea, apontando dimensões da sua insustentabilidade a prazo, questionando práticas e valores.

Trata-se de obras que encerram o potencial de (ajudar a) criar indivíduos mais conscientes, informados e formados, portanto cidadãos mais plena e conscientemente integrados na praxis social, no seu meio imediato e na *nossa casa comum*. \*

### Referências bibliográficas:

- BARRETO, António Garcia (2002). *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*, Porto: Campo das Letras.
- CAPRA, F. (2002): *A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.
- FONSECA, J. (1988). Apresentação. In J. Fonseca (org.) *et al.* (1998) *A Organização e o Funcionamento dos Discursos. Estudos sobre o Português*. Tomo III. Porto: Porto Editora, pp. 7-8.
- ORR, David. (1992). *Ecological Literacy: Education and the Transition to a Postmodern World*. Albany: State University of New York Press.
- RAMOS, Ana Margarida & RAMOS, Rui (2011). «Ecoliteracy Through Imagery: A Close Reading of Two Wordless Picture Books». *Children's Literature in Education*, 42:4, pp. 325-339 (DOI 10.1007/s10583-011-9142-3)
- RAMOS, Rui (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- RIBEIRO, João Manuel (2010). «“Todos os machados do mundo não valem o que é vivo”: o meio ambiente na obra de Sidónio Muralha», *Malasartes [Cadernos de Literatura para a infância e a juventude]*, 20, pp. 42-45.

# Quem é o outro?

## Silêncio e invisibilidades na produção literária para a infância

Ângela Balça  
 Universidade de Évora  
 apb@uevora.pt

A sociedade atual, globalizada, onde as pessoas percorrem o mundo de uma forma natural, está certamente marcada, cada vez mais, pelo diálogo entre diversas línguas, culturas, religiões, usos e costumes, formas de estar. O convívio entre todos nas escolas, nos locais de trabalho e nos espaços de lazer exige a promoção de uma literacia multicultural desde cedo, na perspetiva de conhecermos, entendermos e convivermos com o Outro, aceitando-nos sem reservas. De acordo com Bastos & Tomé (2011, p. 4), um dos aspetos que se constitui como um verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento de uma comunicação intercultural é um determinado etnocentrismo, quando falamos do Outro, que pode influir nas atitudes e nos comportamentos dos indivíduos. Muitas serão, decerto, as formas de promover a literacia e a comunicação multicultural entre os mais novos, acreditando nós que a produção literária para a infância pode aqui desempenhar um papel de relevo.

Num ensaio recente, Marisa Lajolo (2009, p.112) afirmava, referindo-se ao texto literário, que “(...) o texto não é mesmo pretexto. Mas é contexto.” Assim, como o texto literário é contexto, não é possível “(...) passar ao largo da dimensão ideológica, afetiva, histórica, linguística e discursiva de um texto.” (Lajolo, 2009, p. 107). Os textos literários não são neutros,

não são ingénuos, e são marcados quer pelas culturas quer pelo tempo real e histórico em que são produzidos e consumidos. De acordo com Morgado (2010, p. 13), a produção literária para a infância é uma prática social e cultural e a sua leitura ajuda na compreensão dos sentidos, das ideologias, dos mitos, dos modos de vida dominantes na organização de uma sociedade. Esta produção literária para a infância, segundo Morgado & Pires (2010, p. 14), não se pode isolar da política nem da história, representando e configurando relações sociais e culturais de poder.

Por isso mesmo, a leitura destes textos exige a presença de um mediador de leitura, atento, competente, culto, crítico. Como afirmámos noutra lugar (Balça, Azevedo, Pires & Costa, 2011, p. 4),

**“Un mediador atento a lo visible y a lo invisible; a las voces y a los silencios que los textos encierran y los convierten en objetos portadores de ideologías dominantes, de estereotipos sobre el Otro y de visiones distorsionadas del mundo.”**

De facto, textos e ilustrações podem ser portadores de estereótipos e, ao desocultar uns, podem simultaneamente lançar sobre os Outros o preconcei-

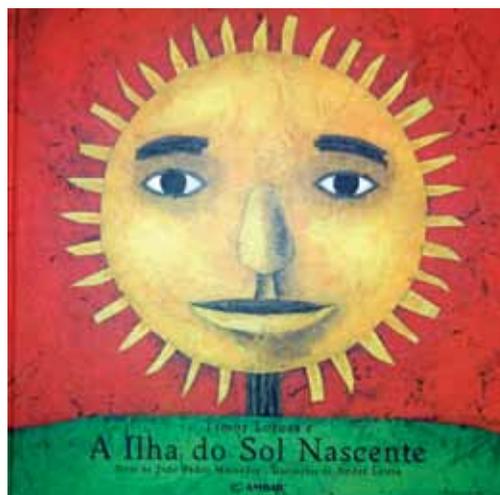
to, colocando-os mesmo na obscuridade. Neste caso, exige-se do mediador adulto um exaustivo papel de exegese na leitura dos textos, levando as crianças a conhecer aquele que é desprezado e silenciado.

A obra escolhida por nós, para ser abordada neste texto, é um álbum narrativo da autoria de João Pedro Mésseder, com ilustrações de André Letria, publicado sob a chancela da editora Ambar e vindo a lume em 2001, intitulado *Timor Lorosa'e. A ilha do sol nascente*. Timor tem sido divulgado aos mais novos através de alguns textos literários para a infância, publicados em Portugal, e que apresentam pontos de vista e perspectivas diversas sobre este território, o seu povo, a sua cultura e a sua história.

A origem da ilha de Timor surge-nos recontada por José António Gomes, na “Lenda da Ilha de Timor”, integrada na coletânea *Uma Fiada de Histórias*<sup>7</sup>; igualmente Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada recontam esta lenda em “O rapaz e o crocodilo”, inserida na obra *Rãs, Príncipes e Feiticeiros. Oito histórias de oito países que falam português*, soberbamente ilustrada por Danuta Wojciechowska. A mesma dupla de autoras assina, no n.º 53 da famosíssima coleção *Uma Aventura*, *Uma Aventura na Ilha de Timor*. Sophia de Mello Breyner Andresen escreveu o belíssimo conto *O Anjo de Timor*, que conta com magníficas ilustrações da pintora Graça Morais. Publicado pela Cenateca, em 2003, esta história de Natal, de busca, de amor, de esperança, foi, como nos indica um paratexto da obra,

**“oferecida por Sophia a Nuno Higinio em 1992, quando a situação em Timor era trágica e começava a ser conhecida internacionalmente: “Para o Padre Higinio da Cunha em agradecimento do seu lindíssimo poema”.”**

É esta situação trágica, vivida pelo povo timorense, que está igualmente na génese da obra de João Pedro



Mésseder e André Letria, objeto do nosso olhar. Este álbum de grandes dimensões, quadrado, com capa dura, não paginado, que vive de um casamento perfeito entre um texto poético e ilustrações sublimes, revela-nos a História recente de um dos mais novos países do mundo – Timor Lorosa'e. Timor Lorosa'e, em tétum, ou Timor Leste, em português, é um pequeno país do Sudeste Asiático, colonizado pelos portugueses desde o século XVI até 1975, ano em que o território declarou a independência. Em 1978, o país foi invadido pela Indonésia, que o considerou como a sua 27.ª província. Resistindo sempre à invasão, em 1999, o povo maubere, num referendo promovido pela Organização das Nações Unidas, votou pela independência. Após ondas de violência, por parte dos indonésios, e depois da intervenção de uma força internacional da Organização das Nações Unidas, Timor Lorosa'e torna-se independente em 20 de Maio de 2002. Hoje, as relações entre Portugal e Timor Leste são intensas e profundas, e é comum a imigração de Timorenses para Portugal bem como a presença de todo o tipo de técnicos portugueses na ilha do sol nascente; hoje, as relações entre Portugal e a Indonésia, seculares, estão estabilizadas e são fortes a todos os níveis.

Os episódios desta História próxima são contados na obra em apreço, marcada pelos ideais da fraternidade, da igualdade, da liberdade, mas também dicotomicamente pela luta entre o bem e

7 Esta coletânea faz parte integrante do manual escolar intitulado *Trampolim – Língua Portuguesa – 2.º ano*, da Porto Editora.



mal. Nas ilustrações o bem é representado por cores ligadas à terra-mãe e à vida, como o amarelo, o verde, o argila e o mal por tons ligados à morte, como os azuis escuros, os cinzentos e o vermelho, associado ao sangue derramado nos massacres.

Capa, ilustração inicial e final (bem como a página de rosto) apresentam um sol amarelo personificado, cravado num chão verde e sobreposto num fundo argila, metáfora da vida, de um país “onde – diziam os antigos – o sol nascia...” e de um povo, representado pela tez e pelo cabelo escuro, cujos rostos deixam adivinhar a felicidade. Porém, este bem estar é destruído pela nova vinda de “soldados estrangeiros”, que “queimaram e mataram e massacraram”, deixando um rasto de destruição e morte, magistralmente representada num sol, antiteticamente azul escuro e cinzento, apagado, frio, de olhos fechados, inerte. A fuga do povo maubere para as “montanhas cor-de-mãe” foi a solução possível, mas foi igualmente o início do movimento inverso, marcado pela resistência, pela luta e pela esperança, simbolizadas numa ilustração-metáfora, onde num fundo azul escuro sobressai a montanha e, dentro dela, como que num derradeiro reduto, uma fogueira, que acolhe, que aquece, que dá vida e alento para continuar a existir. Esta resistência, que encontra eco e auxílio internacional,

**“(...) depois de muitos saírem à rua nos seus países a gritar e a chorar pelo pequeno povo... alguns senhores que governam o mundo e dão ordens aos generais decidiram enfim enviar soldados para a ilha do sol nascente.”** (Mésseder & Letria, 2001),

simbolizado, nas ilustrações, quer pelas bandeiras brancas, emblema da paz, quer por um fato com gravata de homem, acaba por permitir a dicotomia, que perpassa pela obra, entre o bem e o mal. Não deixa de ser curioso que tanto o bem como o mal podem ser representados por soldados – os “soldados do mal” por um lado, e por outro os soldados que “revolveram a terra cor de sangue, fizeram sair os soldados do mal e disseram que a terra era do povo.” Povo este, doente e faminto, que retoma as rédeas do seu destino, num país “arruinado”, onde “a terra cor de sangue”, é tão bem ilustrada com uma personagem vestida de amarelo, símbolo da terra-mãe, do regresso à vida.

Marcada temporalmente, a obra em apreço configura-se como um livro não neutral, um livro que se constitui como uma obra de intervenção que, apesar de ser literária, é quase panfletária. Neste livro, marcado pelos ideais de liberdade, de solidariedade, de independência, encontramos “dois Outros”: o visível e o invisível. Estamos perante uma obra que só dá voz a um lado da História, ao lado que interessa a Portugal, naturalmente porque os seus autores pretendiam, por certo, dar a conhecer, iluminar e evidenciar a tragédia timorense e solidarizar-se com o povo maubere.

Consideramos fundamental, na leitura desta obra, o papel desempenhado pelo mediador de leitura que, aqui, mais do que nunca, terá de ser um mediador informado e extraordinariamente atento à realidade, passada e presente. Será com o auxílio deste mediador de leitura, que as crianças vão descobrir, com a leitura da obra: – um país e uma nação; – um povo e uma cultura; – uma História, que se entrelaça na nossa própria História.

Timor é-nos apresentado como “uma ilha verde com forma de crocodilo”, ilha esta onde existem “montanhas cor-de-mãe”, “campos do paraíso verde”, uma ilha onde “o sol nascia”. O texto icónico corrobora a apresentação do território timorense. O verde das guardas do livro e dos campos, a fogueira acolhedora no interior das montanhas e um sol

personificado, enorme, redondo, presente na capa, na página de rosto, no início e no final da história são metáforas da terra habitada pelo povo maubere.

E neste país surge-nos uma nação, cujo “pequeno povo” queria “construir um país – e votou pela independência”, formando assim “um país novo”. Este é um “um pequeno povo sereno e sábio”, mas um povo massacrado, como tão bem ilumina a ilustração onde nos surgem corpos humanos desmembrados, num fundo vermelho, símbolo da matança e do horror dos morticínios. Porém, este mesmo povo é um povo forte e um povo determinado, que “do nada recomeçaram então a construir um país novo.”. Esta é então a História recente de Timor, anterior à independência em 2002.

Este é o Outro bem visível quer no texto verbal quer no texto icónico. Mas há o Outro, invisível, silenciado, sem voz, nesta obra. Quem é ele? Como se chama? De onde vem? Porque age de determinada forma?

O texto verbal apresenta este Outro como sendo “soldados estrangeiros”, aqueles que, “ao serviço de chefes poderosos”, “tinham ocupado a terra”, aqueles que “tinham matado e massacrado”, aqueles que tinham “roubado ao povo o seu destino”, “apagado o sol e trazido com eles uma noite que parecia longa, tão longa como a morte.” (Méseder & Letria, 2001). Estes são os “soldados do mal”. Nada mais sabemos sobre eles, nada mais o texto verbal e o texto icónico revelam.

É aqui, pensamos, que entra o mediador de leitura e o seu sólido conhecimento sobre as questões literárias. Em literatura, na obra literária, paratextos e textos conversam entre si. E se o povo maubere pode ser pressentido no título da obra, ambos os povos presentes na mesma, o visível e o invisível, são revelados na dedicatória,

**“Este livro é dedicado ao povo de Timor Leste. E também a todos os que, resistindo à ocupação indonésia, ajudaram a que a vontade desse povo se cumprisse”.** (Méseder & Letria, 2001).

Quando falamos de leituras multiculturais, consentidas pelos textos literários, esquecemos que quando iluminamos uns, podemos ocultar outros. Muito embora saibamos o contexto histórico que perpassa esta obra literária bem como possamos perceber os ideais que lhe subjazem, à iluminação da História e do povo maubere corresponde o eclipse do povo indonésio. Se literariamente entendemos a opção, multiculturalmente a desocultação do povo indonésio tem de estar a cargo do mediador de leitura.

A produção literária para a infância, em Portugal, é rica e ampla, no que toca às questões da multiculturalidade. Esta é, de facto, uma das formas em que acreditamos para levar o Outro até aos mais novos. E, quem sabe, deste primeiro contacto com o texto, seja possível partir para a descoberta e para o conhecimento daquele que, apesar de estar ao nosso lado, permanece invisível. \*

### Referências bibliográficas:

- Andresen, S. M. B. & Morais, G. (2003). *O Anjo de Timor*. Marco de Canaveses, Portugal: Cenateca.
- Balça, A., Azevedo, F., Pires, N., & Costa, P. (2011) Identidades culturais y globalización: una otra mirada al alcance de la literatura infantil. *Actas do Simposi Internacional La literatura que acull: infància, immigració i lectura*. Universidad Autònoma de Barcelona. [CD ROM].
- Bastos, G. & Tomé, M. C. (2011). Sentirse como en casa? Representaciones de la inmigración en la literatura infantil portuguesa. *Actas do Simposi Internacional La literatura que acull: infància, immigració i lectura*. Universidad Autònoma de Barcelona. [CD ROM].
- Lajolo, M. (2009). O texto não é pretexto. Será que não é mesmo? In R. Zilberman & T. Rosing (Eds), *Escola e leitura. Velha crise. Novas alternativas* (pp. 99-112) São Paulo, Brasil: Global.
- Méseder, J. P. & Letria, A. (2001) *Timor Lorosa'e. A ilha do sol nascente*. Porto, Portugal: Ambar.
- Morgado, M. (2010) As diferenças que nos unem: literatura infantil e interculturalidade. *Álabe*, n.º 1, Almería: Universidade de Almería/Rede de Universidades Leitoras. Retirado de <http://nevada.ual.es:81/alabe/index.php/alabe/article/view/6/4>
- Morgado, M. & Pires, M. N. (2010). *Educação Intercultural e literatura Infantil. Vivemos num mundo sem escondrijos*. Lisboa, Portugal: Colibri.

# Ciudadanía

## en la literatura infantil y juvenil catalana

Ritor Galvez Farran

y  
Meritxell Valls

### La introducción

Antes de nada, debemos plantearnos una interesante pregunta; ¿Qué es la ciudadanía y la educación de la misma? Si nos basamos en las definiciones más generalizadas, encontraremos que la educación para la ciudadanía busca formar personas capaces de vivir en la sociedad actual. Mediante pautas de comportamiento y la enseñanza de reglas y normas sociales, se intenta crear personas adaptadas al mundo. Pero esto nos lleva a otra pregunta aún más importante; ¿Para qué sociedad se educa?

Lo que damos por supuesto es que nadie considerará igual una educación para la ciudadanía de un lugar como, y es simplemente por poner un ejemplo, China; una sociedad basada en el trabajo, donde lo más importante es tener una educación muy buena para poder trabajar en un lugar donde se gane mucho dinero y en la que no cumplir los objetivos educativos se considera prácticamente un fracaso, que la educación para la ciudadanía de cualquier tribu africana, donde lo importante es aprender a recolectar, a cultivar, a cazar y a sobrevivir en general.

No son sociedades parecidas, no tienen las mismas necesidades ni los que reciben esa educación se van a encontrar los mismos problemas cuando tengan que enfrentarse a esa sociedad o ciudadanía para la que están siendo educados. Es por ello que la educación para la ciudadanía en estas sociedades debe ser totalmente distinta.

*No podemos entender ciudadanía sin educación, educación sin cultura, ni cultura sin tradiciones. Eso se desprende tras investigar la educación para la ciudadanía en Catalunya. Una educación basada en las tradiciones y leyendas que han formado ciudadanos catalanes durante siglos.*

Pero en cambio, vemos una cosa importante en ambas. La cultura china educa a sus ciudadanos mediante un estricto sistema educativo, pero también en base a una cultura milenaria y a todas las leyendas que atesoran. En una tribu, es muy posible que los niños no tengan una escuela a la que ir, pero en cambio, los adultos de la tribu los educarán mediante su propia cultura y las tradiciones y leyendas que han ido atesorando a través de muchos años y que han pasado de generación en generación.

Esto no es más que un pequeño (y exagerado) ejemplo gráfico para entrar de lleno en el tema que nos ocupa, pero que realmente muestra muy bien el enfoque que podemos dar al estudio que hemos realizado.

### Situación

Al menos de momento, Catalunya forma parte de España, pero la pregunta que nos planteamos, dejando de lado cuestiones políticas es: ¿tienen las mismas necesidades y se van a encontrar una sociedad

igual un niño de Girona que un niño de Málaga? No, por supuesto que no.

¿Qué es lo que hace de Catalunya una sociedad que necesita formar ciudadanos propios? No lo podemos dudar ni un momento, su contexto histórico, su historia en general, sus tradiciones, sus leyendas, todas esas historias que han pasado de generación en generación y que han formado una manera de ser, de vivir, una mentalidad que hace que, aunque parecidas, no son exactas con esas mismas características del resto de España, y por ello en Catalunya se quieren formar personas para una sociedad catalana. Por supuesto, este no es el lugar adecuado para hablar de si son mejores o peores, pero lo que queda realmente claro, es que son muy diferentes. Cabe además hacer una aclaración en este punto, tampoco consideramos que esa educación deba ser igual en Andalucía que en Madrid o que en la Comunidad Valenciana.

¿Por qué en Catalunya se intentan mantener las tradiciones de esta manera tan acérrima? Obvio, las tradiciones han formado a las personas desde hace siglos, son los culpables de lo que somos hoy en día. ¿Qué nos puede educar mejor para una sociedad que aquello que ha formado ciudadanos con mentalidad propia durante siglos?

## La importancia de la literatura infantil y juvenil

Es aquí donde entra el tema que nos abarca, la literatura infantil y juvenil catalana. Ya hace muchos años que tanto las editoriales catalanas, como las de fuera, han hecho las traducciones de sus catálogos al catalán. Por supuesto, no podemos generalizar a todos los casos, pero si en la mayoría de ellas. El motivo está claro, es un mercado que, sin ser excesivamente grande (se podría cuantificar en unos 10 millones de personas catalano-hablantes) le gusta poder leer los li-

bros en su lengua propia, y aún más que los pequeños puedan acceder a esos libros en su lengua propia.

Incluso si hablamos de editoriales más grandes, no es que traduzcan los libros al catalán, si no que tienen un sello específico y prácticamente autónomo que, pese a compartir algunas publicaciones, puede permitirse publicar otro tipo de libros, ya sea más específicos para el entorno y la cultura catalana o escrito e ilustrado por autores catalanes, que quizá en el mercado catalán van a tener una gran acogida, pero que en el mercado español iban a pasar completamente desapercibidos.

Entremos ahora en materia y pensemos un caso concreto. Posiblemente el caso que más llame la atención en general: La leyenda de Sant Jordi. Esta leyenda explica que había una vez un pequeño pueblo que estaba siendo asediado por un dragón. Cuando se acabó la comida en el pueblo, tuvieron que sortear entre los aldeanos a quien le tocaba sacrificarse cada día por el pueblo hasta que un día le tocó a la princesa. El rey, no quería de ninguna manera que su hija fuese la sacrificada e incluso quería ofrecer dinero a los aldeanos para que cambiasen su lugar.

Pero la hija no quiso ese trato de favor, muchos se habían sacrificado antes, y si la suerte quería que fuese ella la que se sacrificase ahora, lo haría sin problema. Ya en la cueva del dragón y sabiéndose perdida, apareció un caballero sobre un caballo blanco que la liberó de las garras del dragón dando muerte al mismo. Dicen que de la sangre del dragón, brotaron rosas y el caballero le regaló una a la princesa.

El rey, muy agradecido por el gesto del caballero, le quiso ofrecer la mano de su hija, pero éste se negó, alegando que había muchas otras personas que necesitaban de su ayuda, y que no se podía quedar allí.

¿Qué es lo que podemos extraer de esta leyenda? Mucho, muchísimo. Quizá suene un poco extraño, pero para educar para la ciudadanía, es necesario educar en valores y quizá esta sea la historia que más refleja los valores de la ciudadanía catalana y que vamos a pasar a enumerar a continuación.



**1.** Un pueblo asediado que hace de todo por defenderse, incluso ofreciendo todos los alimentos del pueblo para intentar mantenerse unidos.

**2.** Una elección aceptada por el pueblo en la que primero se decide lo que se quiere hacer. En este caso se decide que cada día se va a hacer un sorteo y el seleccionado deberá sacrificarse por los demás. A la vez que la valentía de aceptar esa decisión, ya que ninguno de los seleccionados intenta escapar.

**3.** La valentía de la princesa, cuando incluso queriendo su padre pagar por su vida, ella se impone y decide que si antes que ella han ido otras personas a sacrificarse para que ella pudiera seguir viva, ahora debe ser ella la que se sacrifique para que el resto puedan seguir vivos. Nos demuestra que debemos ser valientes y dar la cara siendo nosotros mismos los que afrontemos los problemas y no dejando a los demás que los solucionen por nosotros.

**4.** El momento en el que de la sangre del dragón ya muerto brotan las rosas nos muestra que hasta en aquellos momentos más terribles, o en los que lo hemos pasado peor, se puede aprender y sacar algo

positivo, en este caso caracterizado en forma de flor, de una simple rosa, pero que a veces, en la vida real, somos incapaces de encontrar.

**5.** Y finalmente, en el momento en el que el caballero Sant Jordi, después de salvar a la princesa se ve recompensado por el rey, que le ofrece la mano de su hija, pero se niega a aceptarla, diciendo que puede haber mucha otra gente, en ese u otros reinos, que necesiten su ayuda. Eso nos muestra que no sólo debemos dar la cara por la gente que nos importa, si no que debemos ayudar a quien sea y, además, sin esperar nada a cambio, ya que esa recompensa acaba llegando. En este caso, la recompensa se hace palpable con el ofrecimiento de la mano de la princesa, pero en otras ocasiones esa recompensa no es material.

Todos estos valores, sacados de los cientos de libros que existen hablando de esta leyenda, no son directamente una educación para la ciudadanía, pero sí que inculcan valores y pensamientos propios a los niños y niñas que crecen con esas leyendas en sus cabezas, es decir, forman la mente de los ciudadanos que van a tener que enfrentarse a la sociedad. ¿No es eso lo que dice la definición popular de ciudadanía?

Es posible que en el mercado existan cientos o miles de libros en los que se vean reflejados estos mismos valores, aunque también es posible que se haga de manera diferente o desde otro punto de vista. Pero de lo que no cabe duda, es que esa leyenda y por tanto, los valores que transmite, son una parte importante de la educación en Catalunya. ¿O a caso es casualidad que uno de los nombres de varón más populares en Catalunya sea Jordi? Seguro que no.

Por supuesto, cabe destacar que no por el simple hecho de llamarse Jordi, ese niño va a nacer ya con los valores que la leyenda quiere inculcar y los cuales hemos leído anteriormente, pero demuestra la importancia que tiene tanto ese nombre como toda la

leyenda en general para los ciudadanos catalanes y su manera de entender una cultura propia.

Tampoco se puede hablar de casualidad cuando cada año, las editoriales catalanes o con un sello catalán, saquen libros tanto con la leyenda original de Sant Jordi como adaptaciones libres, que quizá muestren esos mismos valores, de manera más moderna e incluso añadiendo algunos que con el tiempo se han ido convirtiendo en imprescindibles. Todos esos libros, sirven para mantener vivas y candentes todas las leyendas de la cultura catalana que han formado ciudadanos durante siglos y que los deben seguir formando tanto ahora como en el futuro.

## La "no" importancia de los libros de texto

Otro aspecto que debemos observar con atención es el de los libros escolares de educación para la ciudadanía, hechos siguiendo unas leyes impuestas por un gobierno (llámese éste de una manera u otra) que han ido fracaso tras fracaso. Mientras, cada año miles de escuelas siguen celebrando las tradiciones más extendidas (Castanyada, Quaresma, Sant Jordi en Catalunya como supongo otras muchas en otras comunidades autónomas) añadiendo a estas, otras más nuevas (pese a todo, los tiempos cambian y hay que saber adaptarse a ellos).

¿Por qué fracasan esos libros de texto de educación para la ciudadanía? Cómo hemos comentado antes, la sociedad no es la misma en un sitio que en otro. Mientras el gobierno intenta unificar toda la sociedad española dentro de una misma red, cada una de las comunidades se desmarca de esa unificación mostrando sus propias tradiciones y pasando a éstas por delante de cualquier otra cosa. Ese no es el camino para conseguir una ciudadanía, siempre y cuando no se entienda ciudadanía como un conjun-

to de ciudadanos que deben seguir al gobierno como si fueran líderes que tienen la verdad absoluta (y repito, llámese el gobierno con las siglas que quiera).

## Conclusión

Como hemos comentado al inicio del artículo, no se entiende ciudadanía sin educación, ni educación sin cultura, ni cultura sin tradiciones. Creo que hemos visto el porqué. Las tradiciones y leyendas de un pueblo son las que con el tiempo, han ido formando a los habitantes de esa región, han hecho de ellos lo que son hoy en día, lo que hacen y lo que celebran, han creado su cultura.

Esa cultura se ha ido transmitiendo de generación en generación para que los más pequeños puedan seguir los pasos de los más ancianos pero con la capacidad propia para añadir cosas nuevas a esa cultura.

Recordad! Pese a todo, los tiempos cambian y hay que saber adaptarse. De ahí encontramos que esa cultura ha sentado las bases de la educación. No la educación entendida como aprender a sumar y a restar, si no como la educación en valores, la educación emocional, la educación más importante, al fin y al cabo.

Y no es otra si no esa educación de la que hablamos como la más importante, la que forma realmente a los ciudadanos tal y como son y como los vemos, como los conocemos, sus comportamientos, sus manías, sus tradiciones, su cultura... Y esa educación no la pueden dar unos libros creados para repetir unas pautas de comportamiento y unas reglas de convivencia. Esa educación va implícita en los comportamientos, en las reacciones, en el día a día de las personas.

Sin ningún tipo de duda, esa educación la debe dar la cultura de la que hablamos, esa que se ha formado tras generaciones y a la que cada generación aporta su granito de arena. Esas leyendas y tradiciones que han formado ciudadanos durante tanto tiempo y que no parecen haberlo hecho tan mal. •

# Sobre literatura e cidadania

Ricardo Azevedo<sup>8</sup>

Vivemos em tempos científicos e tecnológicos. A ciência e a tecnologia, como disse Martin Heidegger, têm como objetivo final extrair e tornar útil de forma controlada e ilimitada, a energia da natureza. O problema, segundo Heidegger, é que o homem faz parte da natureza e, portanto, também está submetido a esse processo de extração e dominação, mas não é o caso de discutir nada disso aqui. Quero apenas lembrar que o utilitarismo e o funcionalismo, diretamente ligados ao pensamento técnico e científico (e econômico), parecem fazer parte, cada vez mais, da visão que temos da vida e do mundo.

Eis porque, no ambiente atual, somos levados a acreditar que o que não tem utilidade nem função, não tem sentido.

Mas, pergunto ao leitor, para que serve o devaneio? Qual a função da amizade? Para que serve o sublime? Qual a função da festa, da brincadeira, da dança e da música? Afinal, para que serve ou qual a função da vida?

Reconheço que não tem muito nexos fazer esse tipo de pergunta mas, da mesma forma, não creio que tenha cabimento tentar buscar na literatura uma função e uma utilidade, pelo menos nos moldes da ciência e da técnica.

Para além de utilidades, funções, programas, sistemas e informações, convenhamos, existem muitos e muitos assuntos. Por exemplo: a construção de um sentido para a vida; a busca do autoconhecimento; as paixões humanas; a confusão entre “realidade” e “imaginação”; a luta arcaica e atual do velho contra o

novo (ou entre as gerações, ou entre tradição e renovação); o problema da dupla existência da verdade (em outras palavras, da “colisão do Bem com o Bem”); a efemeridade ampla, geral e irrestrita; as utopias pessoais; os conflitos morais; a questão da identidade; as incoerências, ambiguidades e contradições inerentes à existência humana concreta e assim por diante.

Tais são, a meu ver, os assuntos da literatura, assuntos note-se não passíveis de “sistemas e métodos”. Alguém que queira programaticamente propor técnicas e exercícios relativos à paixão ou métodos para controlar o fértil e vital confronto entre as gerações fará tudo menos algo que deva ser levado a sério.

Ao contrário da ciência e da técnica, que vivem em busca de padrões universais obtidos por meio da análise objetiva dos fenômenos, a literatura carrega em seu bojo, necessariamente, uma voz pessoal e um ponto de vista subjetivo e original com relação às coisas da vida e do mundo. Além disso, opera fundamentalmente por meio da ficção.

Aos utilitaristas que consideram a ficção uma inutilidade, sempre é bom lembrar que ela representa uma das mais importantes formas de experimentar a verdade criadas pelo homem. Sem a ficção seríamos incapazes de imaginar cenários e hipóteses tanto para nosso futuro pessoal como para um futuro melhor para a sociedade e para o mundo.

Por essas e outras razões, sempre tenho dúvidas quando se pretende associar a literatura a temas como cidadania e outros do gênero.

<sup>8</sup> Ricardo Azevedo é escritor e ilustrador com vários livros publicados, doutor em Letras pela Universidade de São Paulo e pesquisador na área da cultura popular. Site: [www.ricardoazevedo.com.br](http://www.ricardoazevedo.com.br)

Trata-se na maioria das vezes de uma tentativa de torná-la “útil” ou, melhor, de reduzi-la a uma mera “função”.

Esquece-se que o próprio conceito de “cidadania”, para ficar no mesmo exemplo, considerado consensual por princípio é, na verdade, bastante impreciso, afinal, alguém poderia sugerir uma “autêntica cidadania nazista”.

Todos almejamos que nossos jovens, assim como nossos adultos, tenham uma boa noção do que seja a cidadania. Mas que cidadania?

Fora o senso de responsabilidade para com nossa sociedade e para com nossos concidadãos, creio que falar em cidadania implica a compreensão de que num mesmo contexto social podem haver diferentes padrões sociais, éticos e estéticos e que todos devem ser igualmente respeitados. Implica o repúdio a qualquer tipo de exploração do homem pelo homem. Implica lidar com o inevitável confronto entre liberdade e autoridade. Implica o respeito a diferentes opções e estilos de vida desde que estes não prejudiquem o outro. Implica a luta contra a destruição da natureza. Implica compreender que é inerente à vida em sociedade o conflito entre interesses pessoais e interesses coletivos. Implica o engajamento na construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária para os recém-chegados e para os que ainda não nasceram.

Duvido que uma noção abstrata como “cidadania”, apenas por ser mencionada num discurso, consiga abarcar de forma significativa e compartilhável tantas questões.

O mesmo costuma ocorrer com conceitos abstratos como “liberdade”. “igualdade”, “justiça” e outros. São tão amplos que correm o risco de se transformarem em simples retórica. Eis porque são recorrentemente utilizados por ditadores, demagogos e políticos populistas, assim como pela publicidade.

Talvez fosse melhor falar pelo menos em algo como “cidadania humanista.” Mas para isso teríamos que definir cidadania e humanismo.

Deixo o problema para o leitor.

Acredito, em todo o caso e para finalizar, que jamais teremos uma sociedade digna desse nome sem que seus cidadãos tenham amplo acesso à literatura (e à arte). Mas não uma literatura domesticada e utilitária. Nem uma literatura politicamente correta ou escrava de ideologias e das leis de mercado.

Refiro-me a uma literatura, seja ela considerada adulta, infantil, juvenil, erudita, popular, nacional, estrangeira ou outra, plena de vitalidade, capaz de descrever e discutir de forma inesperada a vida e o *status quo*; capaz de emocionar; capaz de ampliar a visão que temos de nós mesmos; uma literatura que seja ética no sentido de expressar os sentimentos profundos e a visão de mundo do escritor e não apenas seus interesses imediatos; que seja inventiva com relação a linguagem e que consiga colocar em palavras as inquietações e contradições humanas.

Vou concluir esse artigo com “O artista inconfessável”<sup>9</sup> de João Cabral de Melo Neto, belo poema que, a meu ver, aborda tudo o que discutimos até agora e muito mais.

*Fazer o que seja é inútil.  
Não fazer nada é inútil.  
Mas entre fazer e não fazer  
mais vale o inútil do fazer.  
Mas, não, fazer para esquecer  
que é inútil: nunca o esquecer.  
Mas fazer o inútil sabendo  
que ele é inútil, e bem sabendo  
que é inútil e que seu sentido  
não será sequer pressentido,  
fazer: porque ele é mais difícil  
do que não fazer, e difícil-  
mente se poderá dizer  
com mais desdém, ou então dizer  
mais direto ao leitor. Ninguém  
que o feito o foi para ninguém.*

9 MELO NETO, João Cabral de. Museu de tudo. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

# Cidadania intercultural, leitura e literatura infanto-juvenil

## Projetos europeus acessíveis na internet

*RESUMO: Partindo da ideia de cidadania intercultural, dão-se a conhecer projetos europeus de promoção da leitura relacionados com a literatura infantojuvenil, cujo enfoque é a educação intercultural e a promoção de formas de cidadania intercultural num mundo cada vez mais globalizado e multicultural.*

*DESCRITORES: cidadania intercultural/ educação intercultural/ projeto europeu/ literatura infanto-juvenil/leitura*

Margarida Morgado

Instituto Politécnico de Castelo Branco

marg.morgado@ipcb.pt

A noção de ‘cidadania intercultural’ é utilizada por M. Byram para chamar a atenção para a necessidade de desenvolver atitudes de compreensão e de respeitosa troca de opiniões entre indivíduos e grupos pertencentes a contextos étnicos, culturais, religiosos e linguísticos diversos, mas simultaneamente também para realçar quanto destas atitudes dependem de uma ‘disposição para ouvir (os outros)’ e da capacidade de ‘comunicar com os outros’. Ao diálogo com os outros, Byram junta a noção de preparar para o envolvimento ativo com a sociedade civil a nível internacional.

Pode-se entender a ‘cidadania intercultural’ como mais pertinente em contextos onde há necessidade de promover a comunicabilidade entre grupos dominantes e grupos minoritários, marginalizados e socialmente deprimidos. Contudo, a ‘cidadania in-

tercultural’ constitui cada vez mais uma necessidade de convivência e de coesão social e uma forma de identidade num mundo cada vez mais globalizado, já que responde a solicitações de desenvolver competências plurilingues de comunicação/interação à escala europeia e/ou global (isto é, para lá da dimensão nacional), de abertura a outros modos de viver, estar e pensar, bem como à capacidade para entender como se distribui o poder de nomear, de definir o que é mais e menos importante, ou o que deve ser visível ou permanecer invisível. A capacidade crítica de avaliação das perspetivas, práticas e produtos da sua própria cultura e de outras culturas constitui o fulcro da ‘cidadania intercultural’ a trabalhar por todos os agentes educativos.

O desenvolvimento da ‘cidadania intercultural europeia’ entre crianças e jovens tem sido uma área

muito acarinhada pela geração de programas SOCRATES e LLP da Comissão Europeia, geradora de múltiplos projetos de colaboração europeia, entre os quais um punhado de projetos de investigação aplicada, ligados à promoção da leitura envolvendo literatura infantojuvenil em diversas línguas e proveniente de diversos espaços culturais.

EPBC (European Picture Book Collection), EDM REPORTER (European Digital Media Reporter), EUMOF (European Mobility Folktales) e ALPHA\_EU (Alphabets of Europe) são alguns dos projetos financiados pela Comissão Europeia — com o Instituto Politécnico de Castelo Branco na função de parceiro português e alguns deles acessíveis em português através de um sítio na *web*, — que usam diversas abordagens à literatura infantojuvenil para promover a educação e a cidadania interculturais e que podem ser usados por qualquer educador, bibliotecário, professor, pai ou animador de leitura.

No genérico, qualquer destes projetos disponibiliza um conjunto de textos de literatura infantojuvenil, módulos ou oficinas de formação para professores, educadores, pais e bibliotecários, bem como sugestões de abordagem pedagógica dos materiais com grupos de crianças de diversas idades em contextos de educação formal e informal. Não são projetos pensados para serem acedidos diretamente por crianças e jovens, preferindo formas diversas de mediação educativa.



O mais antigo de entre estes projetos, EPBC – European Picture Book Collection, é uma coleção em linha de 20 álbuns ilustrados, originalmente publicados em papel, em diversas línguas, criteriosamente escolhidos por investigadores e professores na área da literatura infantojuvenil. O projeto recebeu do Comité Europeu da Associação Internacional da Leitura o prémio Promoção Inovadora da Leitura na Europa, em

1997, e foi usado com grande sucesso por professores em diversos contextos escolares europeus desde que foi disponibilizado. Por intermédio de uma série de atividades pedagógicas cuidadosamente descritas, EPBC visa promover um primeiro encontro das crianças do 1.º e 2.º ciclos com outras línguas e outras culturas e desenvolver nas crianças uma abertura ao plurilinguismo e sensibilidade intercultural.

Uma das extensões deste projeto é um curso de formação em educação escolar europeia destinado a professores e educadores — ESET (European School Education Training) — assente em três pilares de formação: conhecimento literário, análise linguística e sensibilidade cultural. Em conjunto, estas três dimensões sublinham as diferenças e semelhanças que se podem encontrar entre os vários álbuns ilustrados da coleção aos níveis cultural e linguístico, bem como um ideário comum da infância. A secção Recursos para Professores dá acesso a um conjunto de propostas de exploração didática dos álbuns que constam da coleção, que podem ser adaptados pelos bibliotecários, professores, educadores e pais a contextos específicos.

Sem tradução para português, uma segunda extensão do projeto EPBC é o projeto EPBC2, com álbuns ilustrados dos 27 estados membros da União Europeia, módulos e oficinas de formação para professores e demais agentes educativos, disponíveis em linha; um enfoque no diálogo intercultural e na aprendizagem de uma segunda língua por intermédio de álbuns ilustrados; para além de uma maior atenção dada às tecnologias de informação e comunicação como forma de comunicação intercultural.

No seu conjunto, estes projectos, desenvolvidos em torno de um conjunto de álbuns ilustrados em quase todas as línguas europeias, constituem um repositório de materiais e ideias a explorar na escola, em casa e na biblioteca, sob a supervisão guiada do educador.

Alguns dos promotores do primeiro projeto EPBC, lançaram-se em seguida na aventura de

coligir livros em linha e sítios *web* sobre leitura para identificar e disponibilizar para crianças e jovens outros suportes de leitura. Partindo de um levantamento etnográfico de pequena escala em diversos países europeus sobre como as crianças e os jovens usam a *Internet* para ler, a rede temática europeia EDM REPORTER (European Digital Media Reporter) compilou um conjunto de sítios *web* de qualidade, relevantes para promoção da leitura e da educação intercultural que oferece a crianças, educadores e bibliotecários um conjunto de pistas sobre como e o que ler em linha.

São 20 sítios *web* para cada uma das 14 línguas usadas no projeto, selecionados segundo critérios de acessibilidade, segurança para crianças e jovens, qualidade de informação prestada e com valor educacional testado pelos professores, educadores e bibliotecários envolvidos na rede temática EDM REPORTER. A quantidade de conteúdos de leitura, de livros infantojuvenis e de materiais pedagógicos disponibilizados desta forma é avassaladora, pelo que a página *web* da rede temática disponibiliza um motor de pesquisa em três línguas para que se torne mais fácil aceder aos conteúdos.

Como acontece com todos os projetos baseados sobre materiais da *Internet*, alguns dos *links* poderão estar desativados e haveria hoje sem dúvida mais sítios *web* a incluir na base de dados. No entanto, cada sítio por si não tem permanecido estático e a possibilidade de encontrar recursos para crianças em qualquer língua europeia constitui um recurso inestimável para a integração de crianças de minorias linguísticas, imigrantes ou para sensibilizar as crianças para as muitas línguas faladas e escritas na Europa.

A rede temática EDM REPORTER disponibiliza ainda um conjunto de recursos pedagógicos sobre a promoção da leitura em linha, a compreensão intercultural e a promoção da leitura, que se baseia em alguns dos sítios selecionados para integrar a base

de dados. Ao aceder a estes materiais, o educador ou bibliotecário tem possibilidade de desenvolver perspetivas pedagógicas de exploração de materiais que facilmente se tornam disponíveis para diversas comunidades.

O terceiro projeto referido, mais recente, desenvolvido entre 2010 e 2012, chama-se EUMOF, European Mobility Folktales (Contos Tradicionais Europeus sobre Mobilidade) e mobiliza uma coleção de contos tradicionais de cinco países europeus (Áustria, Chipre, Grécia, Polónia e Portugal) para a promoção da educação intercultural e de práticas de inclusão.

Esta compilação de contos segue um fio condutor: o tema da mobilidade espacial e do encontro com outros no decurso da mobilidade. O livro de contos tradicionais EUMOF, com 15 contos tradicionais, disponível em suporte papel e em linha, é acompanhado de um conjunto de propostas de exploração pedagógica dos contos, em diversas línguas (incluindo o português), de um guia de formação de professores e educadores que visa familiarizá-los com os modos sugeridos de utilização dos recursos de forma a promover uma consciencialização de: modos alternativos de vida, formas de resolução de conflitos entre os que defendem perspetivas diferentes, modos de acolhimento do outro e integração de estrangeiros.

Como os projetos anteriormente descritos, o projeto EUMOF disponibiliza os contos e os recursos em cinco línguas europeias e inclui materiais *áudio* para que as crianças e os jovens possam ser expostos aos sons e ritmos de outras línguas.

Poder-se-ia pensar que se trata apenas de mais uma coletânea de contos de diversos países que, no seu conjunto, pressupõem e documentam a existência de um espaço europeu multicultural. No entanto, as perspetivas da sua abordagem didático-pedagógica intercultural sublinham formas de interação



entre culturas que procuram realçar as realidades de ‘outras’ culturas, nem sempre acessíveis às crianças e jovens portugueses. EUMOF torna culturas, como a cipriota, a grega e a polaca, acessíveis aos leitores, professores e alunos lusófonos, permitindo o des- centramento das línguas e culturas dominantes na Europa. Por outro lado, é também realçado que se usam contos tradicionais em relação com modos e problemas contemporâneos de vida, de forma a despertar nas crianças e jovens uma consciência do que representa a mobilidade nas suas diversas vertentes de mobilidade forçada, emigração e imigração, invasão, fuga, viagem de lazer ou de negócios, percurso em busca de si próprio pelo protagonista ou busca de um modo de vida.



Por último, uma menção a um projeto em desenvolvimento sobre alfabetos e sensibilização precoce às línguas estrangeiras, o projeto ALPHA\_EU, que ficará completo e disponível em linha em finais de 2014. Este projeto centra-se, mais uma vez, no desenvolvimento de uma sensibilidade plurilingue e pluricultural e em atividades de exposição a mais de uma língua entre crianças da educação pré-escolar.

Baseando-se em modelos de alfabetos e de atividades com alfabetos, usados em jardins de infância europeus, bem como em álbuns ilustrados sobre alfabetos, os parceiros do projeto, Áustria, Chipre, Irlanda, Itália, Portugal e Roménia produzirão um conjunto original de alfabetos em linha que serão acompanhados de atividades para o pré-escolar de exploração multilingue e de sensibilização à escrita, criando desde muito cedo as bases para o desenvolvimento de uma cidadania intercultural.

Fica o desafio a bibliotecários e educadores para que se apropriem destes materiais disponíveis em linha, os adaptem aos seus contextos de trabalho e os divulguem nas suas comunidades, porque se trata de recursos de todos para todos que podem ajudar a desenvolver a cidadania intercultural das crianças e dos jovens, promovendo simultaneamente a leitura e o conhecimento de uma património europeu de literatura infantojuvenil de incomparável qualidade. •

### Links:

EPBC

<http://www.ncrcl.ac.uk/epbc/PT/index.asp?>

EPBC2

<http://www.epbcii.org/>

EDM REPORTER

<http://www.commquest.at/comenius/Welcomedm.jsessionid=654B6EC5F48F3FD1993442FD04C20E7D>

EUMOF

<http://www.eumof.unic.ac.cy/index.html>

### Bibliografia:

- BYRAM, Michael (2008) – *Intercultural citizenship and foreign language education*. International conference. European Year of Intercultural Dialogue: discussing with languages-cultures. <http://www.frl.auth.gr/sites/congress/Interventions/FR/byram.pdf> 122-132.
- MORGADO, Margarida (2012) – Tipologia de Contos EUMOF. *In Textos, Imagens e Contos sobre Mobilidade. Investigação e Práticas em Educação Intercultural*. Atas do Simpósio EUMOF. Castelo Branco: IPCB, pp. 37-46.

Nota: Todos os projetos mencionados foram desenvolvidos com apoio financeiro da Comunidade Europeia.

# Lisboa, cidade educadora: Projetos de promoção da leitura

Ana Paula Marques [amarques@ics.uminho.pt](mailto:amarques@ics.uminho.pt)

Rita Moreira [rmoreira@ic.uminho.pt](mailto:rmoreira@ic.uminho.pt)

Centro de Investigação em Ciências Sociais – Universidade do Minho

O projeto das Cidades Educadoras nasceu em Barcelona em 1990 e foi inspirado por uma nova conceção de educação para o futuro, em particular pela obra de Edgar Faure (1973). Expressa uma intencionalidade inequívoca de abertura e ligação do binómio sociedade-educação através de novas estratégias formativas. Em termos filosóficos e conceptuais, o paradigma da Cidade Educadora apresenta-se como uma proposta integradora da vida comunitária que envolve não apenas as autoridades locais, mas todos o tipo de instituições e associações públicas e privadas e a sociedade civil, no sentido de estas serem capazes de desenvolverem políticas que impulsionem a qualidade de vida dos cidadãos e o reforço do compromisso com a cidadania e os valores de uma democracia participativa e solidária (AICE, 1994). Encontramo-nos, assim, perante uma nova abordagem da cidade como espaço e agente dinamizador de educação e cidadania, alicerçada em

três pilares fundamentais: o direito à cidade educadora; o compromisso da cidade; e o serviço integral às pessoas (Marques e Moreira, 2009).

Desde a sua génese, o movimento internacional das cidades educadoras tem sido expressamente orientado pelos princípios do seu documento fundador, a *Carta das Cidades Educadoras*<sup>10</sup>, publicado em 1994, o qual esteve na base da criação, no mesmo ano, da *Associação Internacional das Cidades Educadoras* (AICE)<sup>11</sup>. Uma série de projetos e iniciativas têm sido, nos últimos anos, levados a cabo por esta organização, merecendo especial destaque a criação do *Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras* (BIDCE)<sup>12</sup>. Este último é uma plataforma *online* que disponibiliza informação básica sobre a atuação de vários municípios em todo o mundo em matéria educativa, ao mesmo tempo que fornece um acervo documental que procura sustentar o próprio conceito de cidade educadora. Uma das principais

10 É o documento que resultou do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, organizado em Barcelona em Novembro de 1990, em que as cidades aí representadas reuniram os princípios básicos para impulsionar o espírito educador da cidade. Este documento encontrou a sua fundamentação na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966); na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990); na Convenção nascida da Cúpula Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001).

11 Importa referir que a AICE é uma associação de cidades composta por representantes dos governos locais que se reúnem com o objetivo de trabalhar conjuntamente em projetos e atividades propostas às suas populações, em diversos domínios, por diferentes grupos, com uma vocação educadora. Entre os seus principais objetivos destacam-se os seguintes: impulsionar colaborações e ações concretas entre as cidades, aprofundar o discurso das Cidades Educadoras e colaborar com diversos organismos nacionais e internacionais.

12 Mais informação sobre o BIDCE disponíveis em: <http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubPortadaAc.do?pubididi=2>

funcionalidades deste banco de dados consiste em permitir, de forma rápida e intuitiva, consultar a paróquia de projetos educativos que estão a ser desenvolvidos pelas cidades-membro da AICE, os quais estão agrupados por grupos etários e por um leque diversificado de temáticas, a saber: arte e humanidades, associativismo e participação, bem-estar social, ciência e tecnologia, meio ambiente, saúde e desporto, sistema educativo, entre outros.

Apesar da importância das cidades espanholas na dinamização do BIDCE, designadamente de Barcelona, cidade-berço das Cidades Educadoras, foi-nos possível verificar com base em investigações anteriores<sup>13</sup> que os municípios portugueses, nos anos mais recentes, têm vindo a assumir uma visibilidade crescente neste espaço com inúmeros projetos/experiências que podem ser considerados boas práticas ao nível de atuação socioeducativa.

Nos tempos atuais pautados pelo recuo político do investimento nacional em educação parece-nos primordial o envolvimento das autarquias portuguesas em iniciativas que visem o desenvolvimento educacional e cultural dos seus cidadãos. Só assim será possível resgatar o papel educador da cidade e, como nos sugere Moll (2008), observá-la como uma rede de caminhos educativos nos seus espaços pedagógicos formais e informais, no qual as ruas sejam pontes para a convivência e a aprendizagem e em que a intencionalidade das ações desenvolvidas possa converter a cidade em território educativo e fazer dela pedagogia.

As preocupações com a literacia e com a promoção de hábitos de leitura são, mais do que nunca, eixos de intervenção estratégica que não podem ser negligenciados pelas comunidades locais. No en-

tanto, para que se processem mudanças profundas e duradouras é importante que o investimento em programas de promoção de valores, como o saber e a cultura, sejam introduzidos o mais cedo possível na vida das pessoas, nomeadamente na infância e juventude. A criação de Bibliotecas ou Ludotecas e a concretização de projetos que visem a promoção da literatura e da prática de leitura representam, certamente, etapas importantes para a construção de *Cidades abertas à Cultura e ao Conhecimento*.

Atendendo à importância dos projetos que se propõem estimular o interesse e o gosto pela prática de leitura numa dimensão educativa-social de atuação municipal, importa dar a conhecer, no contexto nacional, o contributo ativo da cidade de Lisboa enquanto cidade educadora, em atividades especificamente orientadas para a motivação desta prática junto do público infantojuvenil. Esta escolha justifica-se pelo fato de Lisboa ser, atualmente, o único município português que disponibiliza no BIDCE informação sobre três projetos nesta área e que podem ser classificados como boas práticas à luz da filosofia e dos princípios das cidades educadoras. São eles os projetos *Lisboa à Letra*, *Escritores de Lisboa* e *Ler nas Entrelinhas*.

## Lisboa à Letra

*Lisboa à Letra* é um concurso literário que aposta na educação cultural e procura dinamizar a produção literária e criativa dos jovens com idades entre os 15 a 30 anos que residam, estudem ou trabalhem na cidade de Lisboa. Estas propostas serão posteriormente submetidas à avaliação de uma comissão

13 Estas informações foram apuradas no âmbito da participação das autoras no projeto de investigação *O Eixo Atlântico: um território educador, unha comunidade educativa* (2008) que foi promovido pelo Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, sob a coordenação científica de Belén Carballo da Universidade de Santiago de Compostela. Abrangendo a Euro-região Galiza-Norte de Portugal, esta investigação visou, por um lado, através da compilação, sistematização e análise da documentação disponível, elaborar um diagnóstico da situação educativa dos municípios que integram esta euro-região; e, por outro, socorrendo-se de uma abordagem prospectiva e propositiva, avançar no “desenho” de linhas-chave para o desenvolvimento de intervenções e estratégias integradas, em matéria de políticas socioeducativas municipais, de acordo com os princípios e finalidades das cidades educadoras. Para uma consulta desta investigação, cf. Marques e Moreira (2009).

criada para o efeito, composta por pessoas especializadas em literatura. Os três trabalhos melhores classificados pelo júri são premiados com um recompensa monetária e com a possibilidade de publicação. Estes prémios são atribuídos numa cerimónia pública em que para além dos trabalhos vencedores são prestigiados, igualmente, outros trabalhos com menções honrosas.

Em 2012, realizou-se mais uma edição deste concurso cuja publicitação foi amplamente difundida nos *media* nacionais e locais e em vários outros canais de comunicação municipal (boletim municipal, *website* e agenda cultural) com vista a incentivar uma maior participação por parte de jovens lisboetas. Nesta edição, tal como em anos anteriores, os participantes podiam apresentar trabalhos literários inéditos, nas categorias de prosa e poesia, que tivessem como pano de fundo a cidade de Lisboa.

Com esta iniciativa a autarquia de Lisboa pretende, entre outros objetivos, incentivar o prazer pela leitura e pela escrita entre a população jovem, dar a conhecer ao grande público a criatividade dos participantes através de relatos relacionados com a cidade de Lisboa e possibilitar que os autores possam publicar os seus trabalhos. Uma das virtualidades deste projeto resulta de se fundamentar num esforço de colaboração entre várias entidades, nomeadamente do departamento da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e da Rede de Bibliotecas Escolares.

## Escritores de Lisboa

Reforçando a importância do contexto social e urbano, o projeto *Escritores de Lisboa* destina-se aos alunos de vários níveis de ensino das escolas da cidade de Lisboa, procurando sensibilizá-los para a

importância da escrita e da leitura. Para alcançar este propósito, o projeto desenvolve-se através de uma metodologia que passa pela indicação, por parte da autarquia, de uma listagem de livros sobre a cidade de Lisboa. A partir daí, cada escola tem de seleccionar um livro para o desenvolvimento de um trabalho, podendo ao longo deste processo serem promovidos encontros com os próprios autores da obra ou especialistas na matéria. Findo o prazo para a execução do projeto é organizada uma exposição com os trabalhos de cada escola participante, em que são premiados os melhores trabalhos e, caso seja possível, esta distinção será entregue pelos autores de cada obra.

Trata-se de um projeto que visa, através da promoção da literatura e da escrita, reforçar a identidade local de crianças e jovens de Lisboa, com um enfoque no papel da escola enquanto instituição de mediação e consolidação do interesse pela leitura.

## Ler nas Entrelinhas

No projeto *Ler nas Entrelinhas*, as atividades organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa circunscrevem-se à freguesia de Carnide. Enquadrado num bairro problemático da cidade de Lisboa, onde cerca de 50% da população vive em bairros sociais, este projeto visa dotar os professores e educadores de novas ferramentas para melhorar as capacidades das crianças da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico para a escuta de histórias, a escrita e a leitura.

As atividades organizadas em torno deste projeto têm como pressupostos gerais a promoção de um trabalho concertado entre os vários grupos das diversas escolas da freguesia de Carnide; a colaboração entre os professores e educadores para motivar as crianças da freguesia a adquirirem competências

de expressão e de leitura e, também, o desenvolvimento de um trabalho de expressão artística (plástica, oral, corporal, dramática e musical). Ao nível da metodologia de intervenção, o projeto estrutura-se em quatro fases interligadas entre si: *i*) apresentação da temática e da descrição geral do projeto aos agentes educativos de Carnide; *ii*) seleção das obras literárias para o projeto e sua apresentação aos professores e educadores inscritos no projeto; *iii*) realização de sessões de formação com a equipa técnica de educadores para a preparação das animações e ações literárias; e *iv*) implementação do projeto no terreno que consiste na planificação e na concretização das diferentes atividades previstas no projeto. De destacar que ao longo das diferentes fases deste projeto, os professores assumem um forte papel na modelação do gosto pelas artes, pelo livro e pela leitura em geral.

Estes três exemplos de projetos socioeducativos aqui apresentados sucintamente e que foram desenvolvidos pelo município de Lisboa inspiram-nos, não só pela sua importância como atividades educativas de reforço e/ou iniciação ao gosto pela leitura junto das crianças e jovens, mas também pelo seu impacto simbólico-cultural assente em valores como a cidadania democrática, a participação, a solidariedade, a justiça social, entre outros. No momento atual, precisamos que os municípios portugueses promovam estrategicamente e com persistência mais iniciativas ou projetos desta natureza e que sejam capazes de olhar para o potencial das gerações futuras como sementes para o desenvolvimento cultural, artístico e literário do nosso país. •

### Referências Bibliográficas:

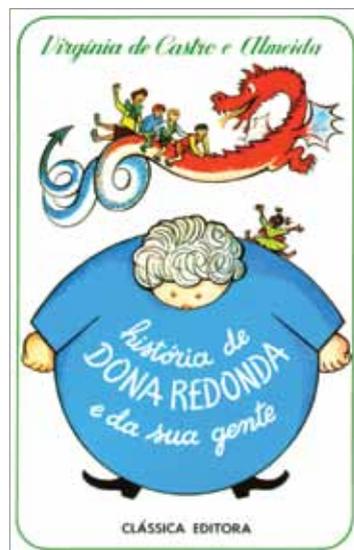
- ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE CIUDADES EDUCADORAS – AICE (1994) – Sheet Cidade Educadora (consultado em Fevereiro de 2012). Disponível em [http://www.bcn.cat/edciutes/aice/estatiques/espanyol/sec\\_educating.html](http://www.bcn.cat/edciutes/aice/estatiques/espanyol/sec_educating.html)
- CABALLO, Villar, M.B. (2008) (coord), Informe Eixo Atlântico: un territorio educador, unha comunidade educativa, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, disponível em [http://www.eixatlantico.com/\\_eixo\\_2009/subido/paginas%20simples/pag20090528122423/comision\\_educacion\\_proyecto\\_educativo.pdf](http://www.eixatlantico.com/_eixo_2009/subido/paginas%20simples/pag20090528122423/comision_educacion_proyecto_educativo.pdf).
- FAURE, Edgar (1973), *Aprender a Ser. La educación del futuro*, Madrid e Organización de las Naciones Unidas, Paris: Alianza Editorial, S.A.
- MARQUES, A.P. e MOREIRA, R. (2009), “Cidades Educadoras: transferibilidade de boas práticas para os municípios do Eixo Atlântico”, Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, Braga: Universidade do Minho, ISBN- 978-972-8746-71-1. Disponível em <http://www.redbcm.com.br/arquivos/cidadescriativas/cidades%20educadoras.pdf>
- MOLL, J. (2008), “La ciudad y sus caminos educativos: escuela, calle e itinerarios juveniles”. En Asociación Internacional de Ciudades Educadoras: *Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras*, Madrid: Santillana, pp. 217-226.



# Alice:

## O maravilhoso viajante

Manuela Maldonado



No número anterior deste boletim, a rubrica ocupou-se da escrita infantojuvenil da condessa de Ségur e da respetiva repercussão na criação literária de Virgínia de Castro e Almeida nos volumes “Céu Aberto” e “Em pleno azul”.

Mulher notável pela versatilidade em múltiplos setores artísticos, culta e falante de várias línguas, foi pioneira, nos inícios do século passado, na produção de cinema.

Numa fase mais madura da sua escrita de livros para crianças e jovens, é assumidamente inspirada por Lewis Carroll, como o afirmam a sua biógrafa,

Ester de Lemos, e a própria, no prefácio do primeiro livro de que Dona Redonda é protagonista. É o primeiro ponto de desvio do autor inspirador, na medida em que a protagonista e a deuteragonista, Redonda e Maluka, substituem Alice. Os dois volumes, escritos durante a segunda guerra mundial teriam de ser influenciados por esta hecatombe, dado que Portugal foi uma placa giratória na Europa para refugiados, muitos dos quais emigrariam para lugares mais seguros, longe do holocausto. E tudo por causa da neutralidade que o nosso país assumiu perante o conflito.

E, assim, embora sem papel de protagonismo como Alice, aparecem três rapazes para viver a aventura do fantástico: o Chico, diminutivo do jovem português; o Dick, um inglês pouco fleumático por via da idade; o Franz, um alemão de aspeto muito ariano.

Encontrando-se os três, casualmente, num pinhal que vai dar ao mar, é na berma menos densa da vegetação que tudo começa: Era uma vez um pinhal. Ao contrário de Alice que cai por um buraco para vivência de aventuras subterrâneas, os rapazes vão experimentar aventuras fantasiosas num espaço terrestre e aberto, ainda que a vegetação, ao adensar-se, confundindo trilhos e caminhos, prenuncie a entrada no maravilhoso.

Desorientados na sua caminhada é uma personagem inesperada que os vai conduzir a Dona Redonda, senhora do mistério da floresta. E essa personagem é Zipriti, uma mulatinha brincalhona e barulhenta que eles encontram no cimo de uma árvore, aparentemente com dificuldades de descida. A assessorá-la, no decorrer da ação está Bonga, um negro muito gordo cujo nome traduz o ruído do deslocar-se. E é assim que chegam a um lugar paradisíaco, no meio da floresta, a casa onde vivem Dona Redonda e dona Maluka, um bucha e estica, personagens da meca do cinema, tão populares naquela época.

Diz-se no texto que a casa era baixa, branca e verde, com o teto cor de rosa e um alpendre à frente. O espaço é um lugar de conforto enquanto Alice cai pelo buraco para um lugar de desconforto.

Se por um lado Dona Redonda, a senhora do maravilhoso é uma cozinheira afamada, criando menus bem portugueses como bolos de bacalhau, feijão frade, pão de ló, entre outros, Dona Maluka, de origem inglesa, é a artista que de pedras e galhos de árvore faz bonecos espantosos. O coelho de Alice, que a leva a lugares incríveis é substituído na escritora portuguesa por um dragão, chamado mostrengo, veículo aéreo para os rapazes, e não só, nas várias aventuras.

A associação de uma mulatinha, um negro e o mostrengo não é gratuita, apontando para a aventura marítima do Portugal de quatrocentos e de quinhentos.

Levados pelo mostrengo os adolescentes vivem aventuras espantosas: na Terra das Coisas-que-não-existem; chegam a casa do Infante D. Henrique em Sagres; entram n'O Palácio do Senhor Medo; na Cidade da Rainha da Presunção.

No segundo livro de Dona Redonda o maravilhoso acentua-se de todos os modos e até o fragmentar-se de Dona Redonda em vários "fânicos" prenuncia a ficção científica, pois voltará a ficar inteira!...

Se Lewis Carroll, bem ao jeito inglês se serve do humor para amenizar as situações mais tensas, Virgínia Almeida também o fez, afirmando no prefácio do primeiro volume: "Dona Redonda é um ensaio de humor ao alcance das crianças latinas."

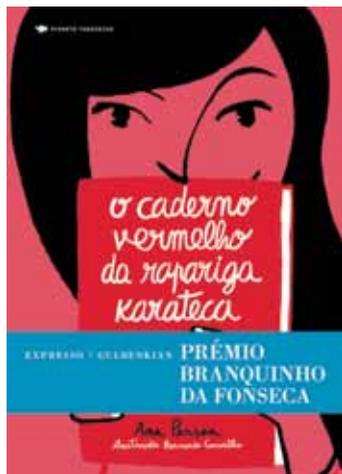
Esse humor expressa-se nas atitudes das personagens em oposição aos interlocutores (veja-se o capítulo 3 do segundo volume entre outros muitos), nas vestimentas e, sobretudo, na linguagem. Se, como no mestre inglês, as narrativas contêm muitas lengalengas, trocadilhos, limericks, é na onomatopeia que Virgínia de Castro e Almeida se distingue, começando pelos nomes de algumas personagens. Se Zipriti se pode conceber em função dos gritos da mulatinha ou porque está em dificuldades, ou porque tem fome ou comeu demais, o negro Bonga tem um nome que é o som do resultado de um andar pesado, devido à sua corpulência. Já Dona Redonda e Dona Maluka apresentam aspetos curiosos na formulação das suas identidades. No primeiro caso o narratário é remetido para a forma corporal da protagonista pelos grafemas rotundos que constituem tal designação a que o fonema nasal *ô* dá o devido remate; no segundo caso, a forma corporal é indiciada pela verticalidade esguia dos grafemas a que o K acentua o ar anglo-saxónico.

Não será despiciendo supor que, ao criar a personagem Maluka, a escritora portuguesa esteja a homenagear o criador de Alice.

Pelo maravilhoso original, pelo recurso a referentes culturais diversos, revelando os históricos, pela forma de rir do português, Virgínia de Castro e Almeida teceu narrativas a não deixar cair no esquecimento. \*

# Mais Livros

Manuela Maldonado  
Gabriela Sotto Mayor



**Pessoa, Ana**

## **O caderno vermelho da rapariga karateca**

Lisboa: Planeta Tangerina, 2012

Prémio Branquinho da Fonseca de 2011, este livro de Ana Pessoa é um dos melhores no que respeita a diagnose da adolescência entre muitos outros que se analisaram. Acrescente-se a criação de um clima muito inovador na opção de um caderno vermelho e de uma karateca.

A estrutura da narrativa é caótica, espelhando, naturalmente, a vida de uma jovem que luta por se libertar do poder parental, inserindo-se em grupos de pares. E, nessa medida, os centros de interesse da protagonista estão em mudança constante, ainda que haja duas prioridades imutáveis: o Raul e o Karaté.

Entrando numa papelaria atraída pelo mostrador de postais, retira um que é um coelho dentro de uma cartola, imagem prenunciadora de prestidigitação, tantas vezes vivida com o grupo de pares, sobretudo a Ana e a Teresa, nas várias idas aos shoppings.

Ao comprar um postal repara num caderno vermelho, retangular, de 240 páginas que lhe parece ouvir dizer: *Leva-me. Quer pelo número de páginas, quer pela forma angular, quer pela cor é bem à sua medida: o espaço de escrita é imenso; o anguloso do*

caderno é o seu corpo que dói a crescer, substituindo a rotundidade da criança; o vermelho é a cor da luta e do sofrimento da afirmação pessoal.

Logo decide que não vai ser um diário no sentido corrente do termo, mas um companheiro onde o caos da escrita vai imperar, espelhando a sua personalidade. E, deste modo, o caderno é um amigo que ela torna uma personagem animada de quando em vez e que pessoaliza com a única letra do seu nome N, que é a segunda, dada a vulgaridade, pois só na turma da escola existem mais de seis com essa identidade...

Como vulgares reconhece também os membros da família: o pai, ausente da narrativa, só é citado uma vez emparceirado com a mãe, definida pela frase “Por razões práticas”, seja acerca de questões existenciais, religiosas ou amorosas que a filha lhe propõe. Não se revê na irmã mais velha, demasiado convencional, desprezando o irmão para quem concebe imaginariamente vinganças próprias e incontáveis de uma adolescente.

Escreve muito sobre Raul, o motor da primeira paixoneta a que os movimentos do karaté emprestam uma atmosfera de jogo amoroso. Todavia é ainda de forma tímida que N fala de sentimentos e opiniões porque, quando o faz, usa caracteres minúsculos, geralmente entre parênteses.

A ilustração de Bernardo Carvalho, optando pela figuração invasiva dos adolescentes no cenário, joga essencialmente com o branco – a plenitude, o preto – a escuridão e o vermelho – a paixão e o sofrimento da descoberta de um caminho próprio. E o vermelho só acontece no grupo de pares. Muito interessante o trabalho de design e paginação na compactação dos desenhos relativos à adolescência no meio do livro, bem como ao aparente aleatório de toda a restante ilustração, de acordo com o caos adolescente.

A partir dos 13 anos MM



Ribeiro, João Manuel

### Meu avô rei de coisa pouca

Porto: Trinta por Uma Linha, 2011

Quando convoca afetos, João Manuel Ribeiro já nos habituou ao fluir poético de um discurso que tem sabor e cheiro a Vida reescrita pela Memória.

Assim acontece no volume *Meu avô rei de coisa pouca*, em que se valorizam as relações intergeracionais, avô e neto, num ciclo de aprendizagens mútuas. É uma leitura para todos os que tiveram a sorte desses convívios reviverem o passado e um abrir de novas perspectivas de convivencialidade para outros em tempos difíceis de egoísmo feroz.

Este avô, vivendo numa zona rural, embora de ofício metalúrgico, lega ao neto vivências multímodas, ora nas conversas no seu palácio, um espigueiro antigo para milho transformado em sala de trono, uma cadeira de ferro, ora nas pescarias e passeios conjuntos. O espigueiro insere-se numa casa agrícola minimalista, porém representativa do trabalho sazonal como as sementeiras e as esfolhadas. De grande criatividade, o avô transforma as ocorrências banais em grandes acontecimentos a que a cultura erudita do neto, mais tarde, empresta metaforicamente um brilho mitológico. Deste jeito, a bicicleta que é o transporte do avô para a fábrica onde trabalha não só anda como voa e galopa, o que acontece quando viajam os dois, pelos caminhos florestais montados no Pégaso.

Por outro lado, o amor dos avós é metaforizado pela romã, fruto que é preciso saborear devagar, pois a sua oferta é aos bagos. Também, pelos bichos que abundam no campo, a Arca de Noé está presente em muitas histórias contadas ao neto, verdadeiras fábulas existenciais. Tal como as árvores amputadas, a morte da avó Ilda concede uma curta sobrevivência ao companheiro de uma vida.

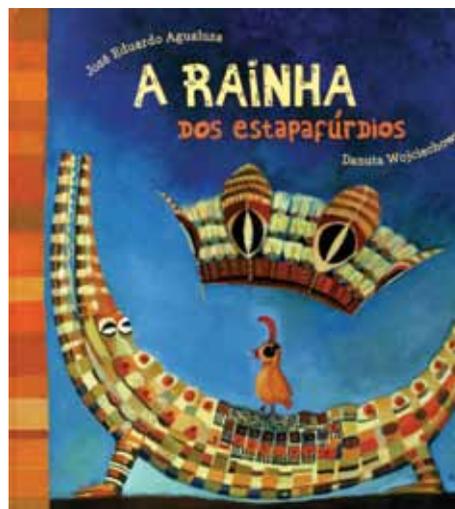
Todavia, ficou o seu trono, a cadeira de ferro, o lugar de rei de si mesmo; o espigueiro, sítio de viagens maravilhosas e fantásticas; e ainda a romãzeira, sinal de um amor indestrutível; e a cozinha ampla com lareira e forno, a mesa "... o lugar de todos os encontros e desencontros e consensos. À mesa celebravam-se a vida, as alegrias e as tristezas, tornavam-se as grandes decisões do reino e, sobretudo, abria-se a arca velha das histórias que era a memória do avô".

A ilustradora, Catarina Pinto, coadjuva iconicamente o que o texto desvenda ou sugere, optando por um amarelo esmaecido de fundo a remeter para memórias vívidas em vez de sépia que invoca recordações estáticas em via de desaparecimento.

O design e a paginação de Anabela Dias, como é seu timbre, enriquece o desenrolar das memórias, utilizando as guardas para as mais duradouras em termos repetitivos porque únicas.

A partir dos 6 anos e...

Para todos, especialmente os ignorantes dos afetos (MM)



**Agualusa, José Eduardo**

**A Rainha dos Estapafúrdios**

Lisboa: D. Quixote, sd

A narrativa situa-se na savana, no sul de África, tendo como protagonista uma perdigota, Ana, inteligente, curiosa, mas muito feiinha, visto que, na infância, as perdizes são cinzentas.

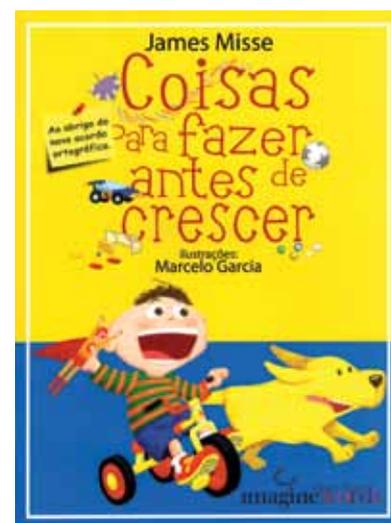
A tia Juvelina, uma cegonha muito prestável, é uma espécie de autocarro da bicharada, transportando-a no dorso em passeio. Numa ocasião foi a vez de Ana e a boa cegonha respondeu a todas as perguntas e contou lindas histórias, como quando choveram carapaus e piranhas.

Inconformada com a cor das suas penas, a ave, num dia de arco-íris, rebola-se nele. O resultado foi catastrófico pela quantidade de cores adquiridas, de tal modo que, não sendo reconhecida pelos seus pares, foi expulsa do *habitat*. Arrancaram-lhe as penas com exceção da do cocuruto. No seu vagabundear, Ana encontra Clarinda, a hiena. Temendo pela vida, mas devido à sua inteligência imaginativa, inventa proezas e um reino de que é dona – o dos Estapafúrdios. Lança um desafio a Clarinda: vencer o leão perigoso da savana. A hiena hesita, Ana avança e, baixinho, diz ao leão que tem a família em perigo. O argumento faz correr o rei da floresta e o prestígio da perdigota está salvaguardado. De tal modo é convincente que a hiena lhe entrega para enfeitar as asas duas penas de noitibó, como combinado na aposta, e Ana passa a ser a rainha das hienas, dos jacarés, das jiboias...

Pedagogicamente é de aplaudir o uso de outros *habitats* e de outros animais das histórias convencionais, bem como a introdução de neologismos criando novas formas idiomáticas: pata ante pata, arcoirizará, pontapata, etc.

A ilustração de Danuta W. é sempre criativa usando o cimo da página ou o rodapé conforme os assuntos veiculados pela escrita, às vezes de forma repetitiva mas não totalmente idêntica, guardando páginas inteiras para as cenas decisórias da continuação da narrativa. E o colorido quente da savana é posto em relevo.

A partir dos 7 anos (MM)



**Misse, James**

**Coisas para fazer antes de crescer**

Lisboa: Imagine Words, 2011

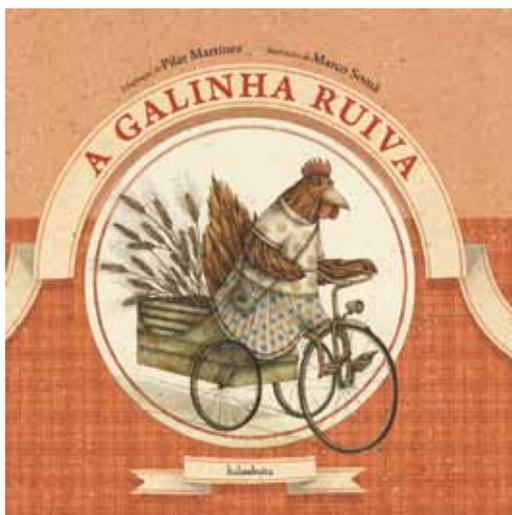
James Misse e o ilustrador, Marcelo Garcia, dois paulistas de gema, constroem, de parceria, um volume inédito para educadores e educandos denominado “Coisas para fazer antes de crescer”.

É essas coisas são, por exemplo, construir e lançar um papagaio, tomar conta de um animal de estimação, ouvir uma história antes de dormir, aprender a assobiar, participar num acampamento, reparo o fundo do tacho, ganhar coragem e escrever uma carta de amor à pessoa de quem gostamos, etc., etc.

É um retorno ao primordial da infância e da pré-adolescência, apelando à convivialidade entre adultos e crianças, afastando-as o mais possível do excesso de permanência frente ao audiovisual nas suas vidas solitárias. Na própria escola o diálogo vai-se perdendo pela imposição do computador no processo ensino – aprendizagem porque deixou de ser um meio para ser um fim. Todo este contexto leva, necessariamente, a uma introversão causadora de individualismos ferozes.

Cheio de humor, este álbum, pela ilustração sinestésica de Marcelo Garcia, ora no traço ora na cor, convoca o leitor à descoberta dos pressupostos e dos subentendidos de uma escrita aparentemente tão linear.

Para educadores e educandos (MM)



**Martinez, Pilar**

**A galinha ruiva**

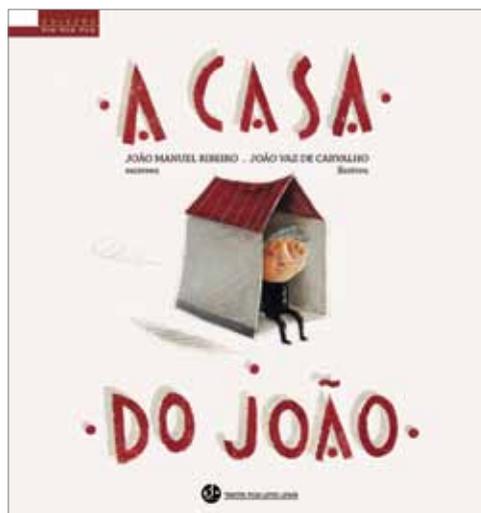
Matosinhos: Kalandraka, 2013

Baseado num conto inglês, como reza a destinadora da escrita, este álbum, falando do pão desde que se semeia até que se come, sob forma de fábula onde entram a galinha ruiva e os seus pintos, um cão preguiçoso, um gato dorminhoco e um pato malandro, todos moradores numa quinta, é o paradigma do trabalho recompensado e da preguiça castigada, deixando à míngua estes seus seguidores.

É uma versão outra da cigarra e da formiga.

Marco Somà, privilegiando um fundo castanho, a cor da terra, traduz em figuras cinéticas o desenrolar dos acontecimentos com estilização dos animais seus protagonistas. A opção por declives territoriais e a expressividade de gestos confere ao movimento atrás citado um estatuto de planos cinematográficos. De realçar ainda, a paleta de tonalidades ligadas ao *habitat* escolhido: a terra criadora.

A partir dos 4 anos (MM)



**Ribeiro, João Manuel**

**A Casa do João**

Porto: Trinta por uma Linha, 2012

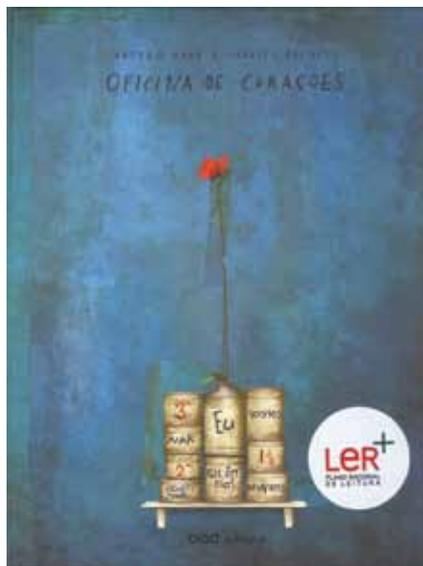
Com seu habitual jeito de versejador de lengalengas, trava-línguas, limericks, usando frases idiomáticas da língua portuguesa que hoje se estão a perder como: um poeta a ladrar à lua, um fidalgo de meia tijela, o gato foi às filhós, o fruto proibido é o mais apetecido, entre outras, João Manuel Ribeiro começa por apresentar, no primeiro poema, uma família tradicional com pai, mãe, avô, uma filha e um gato caracterizado por traços peculiares, deixando propositadamente de fora o filho João, o protagonista.

Porém, no segundo poema, com a introdução de uma bruxa, inverte-se o processo do real para o imaginário e, agora, a casa é só do João, feita sem janelas nem porta onde cabe toda a fantasia, humanizando-se, ao modo de fábula, ratos, cães, gatos e até, surpreendentemente, há a arca do banzé, símile da de Noé donde espreitam e coabitam animais domésticos e selvagens.

O ilustrador, João Vaz de Carvalho, ao assumir um traço caricatural próximo das representações infantis, omite o João ao apresentar as primeiras personagens, remetendo-o para a sua casa de faz-de-conta, o verdadeiro lugar das suas aventuras. A família, à moda de retrato, apresentada pelo protagonista surge numa representação estática. Toda a outra figuração é de movimento, em traço alongado. A imaginação anda à solta e a hipérbole é legitimadora.

O design e a paginação de Anabela Dias combinam com mestria os dois códigos em presença: o escrito e o icónico, privilegiando nas guardas do livro o gato e o rato em situação inversa. No primeiro caso, o rato atrás do gato introduz-nos no fantástico, no inverosímil; no segundo caso, o gato atrás do rato restabelece a ordem do real.

A partir dos 7 anos (MM)



**Abad, Arturo**  
**Oficina de Corações**

Pontevedra: OQO, 2011

Natural de Gran Canaria, Arturo Abad é um contador de histórias que se desloca onde é solicitado e, outras vezes, é um urdidor de teias ao escrevê-las. É o caso de *Oficina de Corações*.

Neste livro fala-se de amor de um modo muito original. Os protagonistas são Matias, que conserta corações, e Beatriz, a mulher que ama e para quem constrói todas as primaveras uma joia de cristal com um pedacinho do seu coração lá dentro. Nessa altura do ano sobe a montanha, onde mora Beatriz, para entregar a sua prenda. A montanha é, por um lado, a metáfora de trono onde vive a deusa de Matias, por outro, o esforço da subida é a metáfora da dificuldade de conseguir reciprocidade, visto que ela recebe a lembrança sem sorrir nem espreitar o que

está dentro. As primaveras sucedem-se e do coração de Matias já só resta um pedacito. Sem forças, como que em hibernação, nessa primavera Beatriz não tem a visita habitual. Estranhando a ausência, a menina desce ao vale e, ao deparar-se com a situação desesperada de Matias, corre a casa, quebra as joias, junta os pedacinhos do coração de quem a amou quase até à morte e devolve-lhe ao peito o órgão original. E sorri, o primeiro passo para aprender a amar.

Gabriel Pacheco é também, como ilustrador, um fazedor de poesia através de um traço peculiar das personagens e dos objetos e da cor. A partir da guarda inicial do livro desenrola-se um fio de significâncias múltiplas: ora conserta corações estragados; ora é um caminho para a esperança ou para o desespero; assumir-se-á como uma teia de aranha na paragem do tempo; será a expressão de solidão e esquecimento; unirá por fim dois corações. Na guarda final há um novelo, posto que a escrita acaba com o sorriso de Beatriz para Matias, o primeiro passo para uma vida de afetos a dois.

A partir dos 12 anos (MM)



**Varela, José António Abad**  
**As Quatro Estações**

Matosinhos: Kalandraka, 2012

O sistema educativo português tem uma enorme falha no domínio das estéticas: o ensino da música. Por agora, resume-se a uma atividade extracurricular no primeiro ciclo, nem sempre ministrada e uma iniciação de dois anos no segundo ciclo.

Por isso, as editoras têm apostado na publicação de biografias de músicos célebres acoplando um CD com a interpretação de uma peça mais conhecida pela acessibilidade.

É assim que a Kalandraka nos propõe *As Quatro Estações* de Vivaldi através de um texto e ilustração facilitadoras do entendimento da proposta musical do CD, interpretada por Sarah Chang.

Em rodapé ou em lugar apropriado na sequência musical inscreveram-se os andamentos que os dois textos em presença descodificam, o escrito e o icónico, contributo importante para a cultura musical.

A ilustração de Emilio Urberuaga de traço pessoalíssimo e colorido exuberante, mas de interpretação imediata, assim como o texto, de índole poética, cumprem o papel de mediadores da estética musical da peça do autor italiano.

Pedagogicamente é muito pertinente, no final do volume a inclusão da biografia do compositor, assim como dos dois outros colaboradores.

A partir dos 10 anos (MM)



**Silva, Lorenzo**

**Laura e o coração das coisas**

Lisboa: D. Quixote, 2007

Para entrar no coração das coisas não basta olhar, é preciso ver, sem preconceitos. E assim acontece com Laura, dona de uns grandes olhos azuis, feliz numa família estruturada com pai, mãe e um

irmão mais novo ao construir um paradigma para entender o mundo: tudo se organiza por famílias, desde os bonecos de peluche onde o maior é o pai, o mediano a mãe, os mais pequenos os bebés até aos outros que povoavam o seu quarto, se houvesse três espécimes, pelo menos.

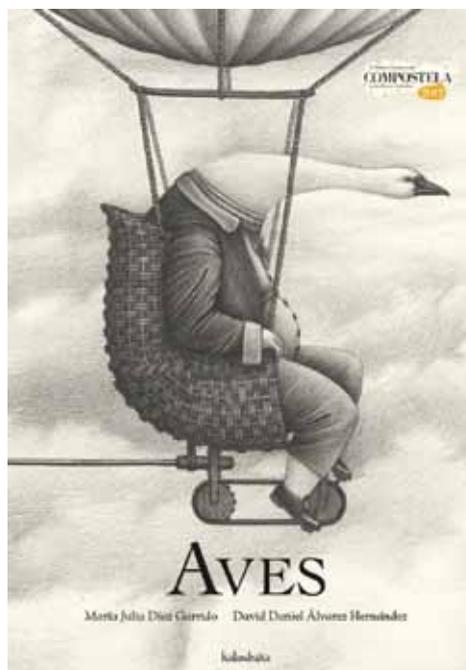
Relativamente ao espaço envolvente, interior e exterior o paradigma funcionava dentro dessa conceção.

Acontece que Laura cresceu e o baú dos brinquedos, a abarrotar, ocupava demasiado lugar. Num primeiro momento, ao convite da mãe para os dar a quem não tem, respondeu um não, pelo sentido forte de posse. A progenitora, inteligente, ofereceu outro paradigma a Laura: as coisas têm coração e entristecem quando estão sós, sem amigos.

Laura entrou noutra paradigma: o da solidariedade que a acompanhou a vida inteira. Porque também se vê com o coração.

O ilustrador valoriza, iconicamente a escrita, pelo traço e pela cor, cujas significâncias longe de duplicarem a narrativa, a acentuam ou a enriquecem. A boa tradução de Inês Pedrosa diz do domínio da tradutora dos dois códigos em presença.

A partir dos 10 anos (MM)



**Garrido, Maria Julia Diaz & Hernández, David Daniel Álvares**

**Aves**

Matosinhos: Kalandraka, 2012

«Aves» foi merecidamente distinguido com o V Prémio Internacional de Compostela para Álbuns Ilustrados. Responde na perfeição aos requisitos desta modalidade editorial, o álbum, já que a ilustração e a palavra vivem em simbiose alimentando-se uma da outra. A economia de palavras permite às ilustrações acrescentar a sua interpretação de forma muito poética e profunda.

Este volume, que nos traz um paralelo muito engenhoso com a história da humanidade, revela de que forma valores fundamentais (como a liberdade, o direito à expressão ou à própria vida, entre outros) foram sendo esquecidos e substituídos por ambição desmedida, desejo de controlar tudo e todos, sobrevalorização dos bens materiais, entre tantas outras questões antónimas de um bom cidadão.

A ilustração destaca-se desde logo pela técnica adotada, lápis de grafite, com representações muito realistas, ainda que humanizadas, de múltiplas espécies de aves. Esteticamente, com a opção pelo preto e branco em associação com o virtuosismo técnico-plástico, a publicação encerra uma carga simbólica muito forte dotada de alguns momentos sombrios e profundamente dramáticos.

Desejar mais do que temos nem que isso implique perturbar a paz alheia é habilmente retratado. Demonstrações de poder de uns sobre outros espelhando a hierarquização da sociedade é também sublinhado com grande mestria por parte da ilustração. Veja-se a dupla onde a palavra refere o desejo das aves de «controlar tudo: outros territórios, a vida, e inclusivamente o destino dos demais». Aqui, a ilustração mostra-nos um tigre, espécie animal muito mais forte do que qualquer ave, em plena performance circense, sendo observado pelas aves insensíveis e distantes, com uma expressão facial de tal forma carregada e triste que com certeza não deixará o leitor indiferente.

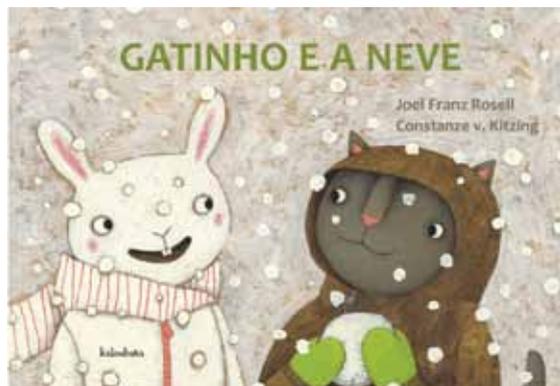
O tom dramático da publicação vai aumentando de dupla para dupla sendo o grande responsável a ilustração. O problema (ainda) tão atual da ‘comida de plástico’ é genial e subtilmente mencionado quando a palavra começa por dizer que «procuraram o prático, o fácil...» e a ilustração mostra em destaque, na página da esquerda, um frasco de vidro facilmente identificável com um frasco de conservas, cheio de ratos prontos a ser comidos pela ave ao mesmo tempo enfadada e esfomeada, retratada na página da direita, e de prato (ainda) vazio.

As guardas deste volume são muito relevantes para o desenrolar da história, lançando pistas interpretativas e despertando no leitor alguma curiosidade, pois são diferentes entre si. As guardas iniciais apresentam uma pena de ave ensopada, e por essa razão, caída no chão. Já as guardas finais mostram várias penas no ar. Mesmo sendo um volume que não se inibe de criticar os erros que o Homem tem feito ao longo da sua existência, os autores ainda acreditam nele deixando em aberto a possibilidade de haver «em algum lugar (...) quem deseje estender as asas e aprender a voar». No seguimento do simbolismo intrínseco da publicação o retorno às raízes é deste modo apresentado como a solução possível.

A leitura destes elementos paratextuais em associação com o título e ilustração da capa ajudam o leitor a suspeitar que o conteúdo da publicação sofrerá uma evolução desde o seu início até que termina. E, uma vez que o lugar das penas é no ar, voando, o leitor poderá também inferir que a história encerrará com alguma esperança.

Este volume também se distingue dos demais no que concerne a ilustração, não só pelas razões anteriormente apontadas, mas também, por incluir uma ilustração de oferta impressa em papel de gramagem alta. Assim, a apreciação da imagem isolada do verbo é também valorizada e potenciada.

A partir dos 8 anos (GSM)



**Rosell, Joel Franz & Kitzing, Constanze V.**  
**Gatinho e a neve**

Matosinhos: Kalandraka, 2012

O «Gatinho e a Neve» é mais uma publicação da dupla responsável por «Gatinho e a bola», Joel Franz Rosell e Constanze v. Kitzing.

A amizade entre o Gatinho e a Coelhinha é posta à prova. A descoberta, ou melhor ainda, a constatação das suas diferenças coloca-os em confronto com a sua realidade enquanto espécies distintas e exige deles alguma nobreza nas ações de modo a que a convivência entre ambos saia reforçada e não prejudicada.

O afeto mútuo assim como as características comuns falam mais alto, desencadeando neles a necessidade de respeitar o outro na sua plenitude, independentemente dos traços físicos que os poderiam distanciar e que analogamente podemos encontrar em pessoas de raças distintas.

O Gatinho não se sentia bem no contexto que favorecia a Coelhinha nem vice-versa, mas a sua amizade resistiu às dificuldades. A forma encontrada pelos autores para explorar este jogo de interações foi através da brincadeira quotidiana das personagens, que, inteligentemente, reforça também a importância do retorno às brincadeiras ao ar livre, sem o recurso a grandes artifícios ou engenhocas. A trama equilibra-se a meio do caminho, quando ambos partilham de forma igual os momentos de diversão, umas vezes satisfazendo um outras vezes agradando ao outro.

A ilustração cumpre neste volume um papel muito importante. Pormenores como o baú dos brinquedos conter um boneco de cada espécie: um coelho e um gato, fazem toda a diferença.

As tonalidades escolhidas para as personagens são também relevantes, reforçando a leitura da integração entre espécies: gato cinza escuro e coelho branco. Dualidade cromática semanticamente signi-

ficativa sendo mais facilmente identificável a representação simbólica multirracial.

À primeira vista é um livro muito colorido, mas na verdade a paleta de cores é pouco variada em toda a publicação: ao já referido cinza escuro e branco das personagens centrais soma-se o branco de fundo da neve, assim como os frequentes apontamentos violetas, verdes e laranjas (cores secundárias tão apelativas para os leitores menos experientes) que se podem encontrar por todo o cenário e vestuário das personagens. Esta redução cromática ao essencial favorece a concentração do leitor nas personagens principais e na sua relação de amizade e jogos propostos. As brincadeiras sugeridas pelo texto verbal são equitativamente representadas na imagem assim como é dado o mesmo espaço visual a ambas as personagens, havendo um intercalar entre zonas de interesse, facilitando a leitura da igualdade na diferença.

«O pelo branco da Coelhinha já não estava assim tão branco: tinha manchas de carvão por todo o lado!» e «...os flocos de neve começaram a cair e pousaram sobre o pelo do Gatinho que, de repente, já não estava assim tão escuro.»

Ainda que aquilo que os uniu tenha sido simbolicamente representado por sinais exteriores, como a sua cor dominante que agora estava um pouco mais próxima do(a) amigo(a), facilmente somos levados a extrapolar e conseqüentemente a inferir que – ao invés de refletirem ou mesmo debaterem conflituosamente sobre as suas diferenças – a relevância das suas características em comum é que prevaleceu.

Mais, os jogos que os autores apresentaram, por que de inspiração tradicional, potenciam a socialização e cultivam as relações interpessoais mostrando ao leitor opções de entretenimento de fácil e económico acesso que fogem ao isolamento social muito típico dos jogos com recurso a aparelhos eletrónicos de utilização individual (como os videojogos ou as consolas, etc.) mais comuns na sociedade atual que espelham os avanços tecnológicos com algum exagero.

Com «Gatinho e a Neve» o leitor tem a oportunidade de através de uma história aparentemente simples e pouco elaborada, conhecer realidades distintas representativas da nossa cultura multirracial contribuindo assim este volume exemplarmente para o aperfeiçoamento de comportamentos e atitudes em sociedade.

A partir dos 6 anos (GSM)



COM O APOIO:



MINISTÉRIO  
DA CULTURA



DIREÇÃO DE EDITORAÇÃO  
DE LIVROS E MATERIAIS DIDÁTICOS

EDIÇÃO:



CENTRO DE PESQUISAS  
E INVESTIGAÇÃO  
SOBRE LITERATURA  
PARA A ESCOLA  
E JUVENTUDE